



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

O Papel do Assistente Social na Intervenção Contra a Prática da Mendicidade na Cidade de Maputo: estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto (2019-2022)

Autor: Felício Victor Domingos Abadre

Supervisor: Prof. Doutor Hinervo Marqueza

Maputo, Outubro/2023

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
Licenciatura em Serviço Social

**O Papel do Assistente Social na Intervenção contra a Prática da Mendicidade na Cidade de
Maputo: estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto (2019-2022)**

Trabalho de Fim do Curso

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial
dos requisitos Exigido para a Obtenção do Grau de
Licenciatura em Serviço Social na Universidade
Eduardo Mondlane

Autor: Felício Victor Domingos Abadre

Supervisor: Prof. Doutor Hinervo Marqueza

Maputo, Outubro/2023

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
Licenciatura em Serviço Social

Autor: Felício Victor Domingos Abadre

O Papel do Assistente Social na Intervenção contra a Prática da Mendicidade na Cidade de
Maputo: estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto (2019-2022)

Mesa de Júri

Presidente _____

Oponente _____

Supervisor

(Prof. Doutor Hinervo Marqueza)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Felício Abadre, declaro por minha honra que, esta monografia ou trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, e muito menos parcialmente para a obtenção de qualquer grau académico e constitui o resultado da minha investigação pessoal, sob orientação do meu supervisor, estando no texto e nas referências bibliográficas, as fontes utilizadas.

Maputo, Outubro/2023

(Felício Abadre)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida Mãe Beatriz Martins Samuilanga pela educação e apoio moral. Dedico também a minha família que sempre esteve presente neste processo de luta em prol deste grau acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço incondicionalmente ao meu supervisor Professor Doutor Hinervo Marqueza pelo apoio, auxílio, disponibilidade e paciência que teve desde o momento da elaboração do projecto, até a fase da monografia, pois sem sua ajuda, nada disso seria possível.

Agradeço à Deus o criador de todas as coisas, pela oportunidade de desfrutar da vida e por me capacitar aos desafios que tenho de enfrentar durante a minha caminhada. Nunca foi fácil elaborar a monografia, mas graças ao Criador e Onipotente Deus, foi possível projectar a minha jornada estudantil e pessoal mesmo esta em diferentes desafios e dificuldades quotidianas.

De forma especial, agradeço aos meus familiares (Beatriz Martins Samuilanga...) pelas orações incessantes e forças em momentos de angústia, opressão, constrangimentos, desânimo, consternação, cansaços, quebranto, fadiga, pelo apoio financeiro em tempos de dificuldades económicas, dificuldades de viagens estudantis, carência material, pelo apoio psicológico em momentos de depressão, estresse, rebaixamento, pelo coragem em momentos de solidão, isolamento, exclusão social, pelo foco em momentos de desvio estudantil, perda de objetivos, falta de metas, visões, limites e pelo carinho e amor em momentos que fizeram parte da minha vida. O meu muito obrigado.

Agradeço aos docentes do Departamento de Sociologia pelos ensinamentos transmitidos, Msc. Maria Joana de Almeida, Ph.D. Chico Faria, Msc Ivo Cumbana, Ph.D. Baltazar Muianga, Msc Adriano Maurício, Msc Emídio de Brito Moiana, dr. Casimiro Guilamba, Msc. Deborah de Brito, Msc. Catarina Cuambe, Msc. Sara Pinto, Ph.D. Constâncio Machanguana.

Aos meus colegas do curso de Licenciatura em Serviço Social 2019-2023 (Orlando Gasolina, dr. Feliciano Parafino, Neusa Ngoame, Sarita Guambe, Janice) pelo suporte académico, companheirismo e troca de experiência durante a jornada académica. Ao dr. Francisco Mário Mbiza pelas correções, revisão linguística auxílio da monografia, vai o meu muito obrigado.

Agradeço à todas pessoas que praticavam a mendicância no mercado de Zimpeto no momento da pesquisa, líderes, estruturas do bairro e Conselho Municipal da Cidade de Maputo por terem permitido a realização deste trabalho. Igualmente agradeço a todos que não foram citados, que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade, vai o meu sincero agradecimento.

EPÍGRAFE

“Nenhuma cidade ou nação está imune a mendicância e a pobreza, mas a ausência de políticas sociais, a mendicância próspera”.

(Faleiro, 2010).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR	Assembleia da República
BM	Banco Mundial (BM),
FMI	Fundo Monetário Internacional
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
MGZ	Mercado Grossista de Zimpeto
MGCAS	Ministério do Género Criança e Acção Social
PARPA I	Plano de Acção para Redução de Pobreza Absoluta I
PARPA II	Plano de Acção para Redução de Pobreza Absoluta II

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Idade dos Entrevistados.....33

Tabela 2. Género dos entrevistados.....34

Tabela 3. Estratégias Levadas a Cabo Pelo Assistente Social.....51

GRÁFICOS

Gráfico 1. Nível de Escolaridade.....35

Gráfico 2. Factores que Influenciam a Praticam da Mendicidade.....41

Gráfico 3. Estratégias de Sobrevivência de Mendigos.....44

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre o papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicidade na cidade de Maputo: *estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto (2019-2022)*. No entanto, durante a elaboração do trabalho o pesquisador constatou que a prática da mendicidade tem mostrado que, determinados factores, como a pobreza, marginalização, violência físico-moral, viuvez, orfandade, deficiência física, exclusão social, desintegração social nos laços familiares e desigualdades sociais têm influenciado para a existência da mendicidade. Com o estudo identificamos as consequências e causas da prática da mendicidade em Moçambique. Caraterizamos as consequências e os efeitos da prática da mendicidade na cidade de Maputo e apresentamos os mecanismos e estratégias que assegurem as pessoas em situação de mendicidade no mercado grossista de Zimpeto. Em relação ao enquadramento teórico, recorreremos a teoria marxista que aborda sobre o capitalismo, para analisar a realidade contextual da pesquisa, pois com ela, pode-se entender que o capitalismo favorece os padrões de vida da minoria, obrigando e/ou permitindo assim que muitas famílias não tenham o acesso à qualidade de vida satisfatória, o emprego, a renda, a moradia, a alimentação, possibilitando assim a emergência da mendicidade como fruto da questão social. O trabalho é de natureza qualitativa e quantitativa porque possibilita analisar os dados em formas de interações sociais e valores comportamentais e uso de ferramentas estatísticos, tabelas e gráficos na análise e interpretação de dados. Quanto ao objectivo, optamos pelo estudo exploratório. Quanto ao tipo, aplicamos a pesquisa-acção. No que concerne às técnicas de colecta de dados, recorreremos a entrevista semi-estruturada e observação participante. Entretanto, o pesquisador certificou que a actuação do Assistente Social na prática da mendicidade constitui um desafio no que concerne à materialização da garantia do bem-estar e segurança social à todos indivíduos afectados por essa problemática.

Palavras-Chave: *Assistente Social, Mendicidade, Políticas Sociais.*

ABSTRACT

The present work addresses the role of the Social Worker in the intervention against the practice of begging in the city of Maputo: a case study of the Zimpeto wholesale market (2019-2022). However, the work found that the practice of begging has shown that certain factors, such as poverty, marginalization, physical-moral violence, widowhood, orphan hood, physical disability, social exclusion, social disintegration in family ties, social inequalities have influenced the existence of begging. The work identifies the factors and causes that contribute to the practice of begging in Mozambique, characterizes the consequences and effects of the practice of begging in the city of Maputo and presents the mechanisms and strategies that ensure people in a situation of begging in the wholesale market of Zimpeto. Regarding the theoretical framework, Marxist theory was used to understand the reality that is intended to be researched, because with it, one can understand that capitalism favors the living standards of the minority, forcing and/or allowing that many families do not have access to a satisfactory quality of life, employment, income, housing, food, thus enabling the emergence of begging as a result of the social issue. The work is of a mixed nature, as regards the objective, an exploratory study was chosen, as regards the type, action research was applied. With regard to data collection techniques, semi-structured interviews and participant observation were used. However, the work certified that the performance of Social Assistance in the practice of begging constitutes a challenge in terms of materializing the guarantee of well-being and social security for all individuals affected by this problem.

Keywords: *Social Worker, Begging, Social Politics.*

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
EPÍGRAFE.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	v
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
Problema	3
Hipóteses.....	5
Justificativa	5
Objectivos	6
Geral:.....	6
Específicos:	6
Estrutura do trabalho.....	6
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	7
1.1. Enquadramento Teórico	7
1.2. Enquadramento Conceptual	9
1.2.1. Políticas Sociais.....	9
1.2.2. Pobreza	11
1.2.3. Mendicidade	12
1.2.4. Exclusão Social.....	14

1.2.5. Direitos Humanos	14
1.2.6. Assistente Social.....	16
1.2.7. Serviço Social.....	17
CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.....	18
2.1. Reunião com as Estruturas Autoritárias do Mercado Grossista do Zimpeto (MGZ).....	18
2.2. Capacitação das Estruturas Municipais em Matérias Ligadas à Democracia e Direitos Humanos	19
2.3. Sensibilizar as Estruturas Municipais do MGZ a Respeito da Mendicidade Decorrente no seu Meio.....	20
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	21
3.1. Natureza da Pesquisa	21
3.2. Tipo de Pesquisa	22
3.3. Quanto ao Objectivo	23
3.4. População e Amostra	24
3.4.1. Processo de Amostragem	24
3.5. Instrumentos de Colecta de Dados.....	25
3.6. Validade e Fiabilidade dos resultados.....	26
3.7. Aspectos Éticos da Pesquisa	27
3.8. Estudo de Caso.....	27
3.8.1. Caracterização do Mercado Grossista de Zimpeto	28
CAPITULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	29
4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados	29
4.2. Factores que Influenciam a Pratica da Mendicidade	34
4.3. Estratégias Individuais de Sobrevivência de Mendigos na Cidade de Maputo	39
4.4. Consequências da Prática de Mendicidade	43

4.5. Estratégias Levadas à Cabo pelo Assistente Social no Âmbito da Prevenção e Mitigação das Práticas de Mendicidade	45
4.6. Implementação do Plano de Intervenção	49
4.7. Recomendações e Propostas de Melhorias	51
CONCLUSÃO E SUGESTÕES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICES.....	62
Guião de entrevista.....	62

INTRODUÇÃO

A prática da mendicância apresenta um sério problema que necessita a intervenção imediata dos governos e nações com vista a garantia do gozo pleno dos direitos sociais, políticos, económicos, emancipação humana, cidadania e bem-estar de todos os cidadãos. No entanto, a maior parte das pessoas que pratica essa actividade caracteriza-se por falta de renda, alimentação, moradia, assistência médica e medicamentosa, transportes, educação entre outros serviços e bens básicos para a sobrevivência e dignidade humana. Assim sendo, acredita-se que as mesmas pessoas praticam essas actividades com intuito de satisfazer as suas necessidades básicas e garantir uma subsistência satisfatória à nível das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Andrade (2015), salienta que existem vários factores que influenciam na prática da mendicância à nível das estruturas sociais, dentre elas, a deficiência económica, a falta de distribuição equitativa do capital financeiro e humano, as desigualdades sociais, as relações do género, a acumulação da riqueza, questões sociais, políticas, culturais, regionais, ideológicas, entre outros. Porém, como uma alternativa de minimizar essa prática é preciso que o Estado junto com as organizações da sociedade civil elaborem estratégias e políticas sociais que assegurem a essa camada mais carenciadas da sociedade, garantindo assim, a protecção dos direitos sociais das mesmas.

Diante dessa problemática, o presente trabalho aborda sobre o papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicância na cidade de Maputo: estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto (2019-2022). Elaboramos o presente trabalho com o intuito de perceber os principais factores, as causas e as consequências que a prática da mendicância acarreta nas vidas das pessoas a nível da cidade de Maputo, particularmente no mercado grossista do Zimpeto para posterior análise, diagnóstico e intervenção na problemática como fruto da questão social que constitui objecto e estudo da profissão do Serviço Social.

Para a execução do trabalho recorreu-se o método de recolha de dados, a consulta bibliográfica sobre o papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicância no mundo em geral, particularmente em Moçambique. Para a recolha de dados no campo da pesquisa, recorreu-se à aplicação de entrevistas semi-estruturadas, a observação participante e diário de campo que foram técnicas importantes e essenciais para a concretização do presente trabalho.

O interesse por este assunto resulta pelo facto de observar-se vários casos relacionados a mendicidade na cidade de Maputo em particular no mercado grossista do Zimpeto. Muitas famílias, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pais e encarregados de educação tem praticado essa actividade na tentativa de auto sobrevivência. Para além de praticarem essa actividade, a maior parte encontra-se em situação de carência material, debilidade física, distúrbios psicológicos, baixo-estima, alterações comportamentais, dependência financeira, falta de oportunidades do emprego entre outros serviços e bens básicos para a sua sobrevivência e dignidade humana.

Perante essa questão social, verificou-se que existe uma deficiência na materialização de políticas sociais sobretudo para as pessoas em situação de mendicidade na cidade de Maputo em particular no mercado grossista do Zimpeto. No entanto, o Ministério do Género Criança e Acção Social (MGCAS) em coordenação com o Instituto Nacional de Acção Social (INAS) órgãos do Estado responsáveis pela protecção social desses grupos vulneráveis tem fracassado na integração de pessoas em situação de mendicidade e pobreza em programas de protecção social tais como: apoio social básico, subsidio alimentar, apoio escolar à crianças com idade de frequentar escola, acção social produtivo entre outros programas. Por outro lado, o Estado, os Ministérios assim como organizações da sociedade civil tem falhado na inclusão, integração e integração das pessoas em situação de mendicidade em políticas sociais.

Assim sendo, surgiu-nos o interesse de analisar o papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicidade na cidade de Maputo face a políticas sociais que são conjunto de mecanismos e estratégias de enfrentamento das expressões da Questão Social, como Almeida (2011), nos diz: “expressam um conjunto de acções dirigidas que o Estado adopta para a manutenção, dentro dos limites que não comprometa a própria lógica da acumulação crescente do capital, patamares mínimos de consumo da classe trabalhadora”. Ou seja, a política social é a extensão dos direitos sociais, a oferta universal de serviços sociais, a preocupação com o pleno emprego e a institucionalização da assistência social como rede de defesa contra a pobreza absoluta e meio de garantir a manutenção de padrões mínimos de atenção às necessidades humanas básicas a todos indivíduos (Mishra, 1991 apud Pereira, 2011 p.176).

Problema

Para Mujuvo (2011), a prática da mendicância em Moçambique, tem mostrado que, determinados factores, como a pobreza, marginalização, acusação de feitiçaria, violência física-moral, viuvez, orfandade, deficiência física, exclusão social, desintegração social nos laços familiares, tem influenciado para a existência da mendicância. A mendicância, entanto que uma questão social pode estar associado a factores conjunturais, económicos, sociais e políticos da maior população urbana.

De acordo com Oppenheimer (2000) e Raposo (2000), advoga que, a cidade de Maputo, sendo caracterizada por um crescimento demográfico que não é acompanhado por um correspondente desenvolvimento urbano, tem dificultado a melhoria das condições de vida da maioria da população, persistindo assim, nos espaços da cidade, lógicas, práticas e estratégias de sobrevivência. Nesta senda, estes aspectos foram corroborados com a incapacidade de resposta por parte do organismo do Estado e o empresário (no que tange à promoção de emprego) e, por parte dos cidadãos, perante as novas exigências do Mercado de trabalho. Sendo assim, face à estas crises, o indivíduo em situação de mendicância encontra no meio urbano a mendicância como uma forma de enfrentar as dificuldades de se alimentar, vestir e educar os seus filhos.

Por outro lado, as pessoas idosas têm sido os mais afectados por esta prática, pois, por razões de ordem cultural (na maioria dos casos), o ancião sofre estigmatização devido à idade que o mesmo contém e à sua incapacidade financeira de poder ajudar a família. Com isso, esta interpretação leva muitas pessoas idosas a abandonar o seu convívio familiar a procura de "paz", porém, já na sua saída, acabam se deparando com várias adversidades a qual uma dela tem sido a falta de providência alimentar. A este nível, o mesmo acaba encontrando na mendicância a solução para a fome e amparo (Raposo, 2000).

Vasco (2022a), consubstancia que a pessoa idosa e a criança são usados de forma consciente para garantir o sustento da família ou seja, o que a pessoa idosa e criança conseguem colectar na rua serve para alimentar vários membros da família. No entanto, a problemática da mendicância, é apontada como uma das estratégias de sobrevivência, em particular para as pessoas idosas, que já perderam o seu ganha-pão, alguns dos seus bens materiais e o apoio dos seus familiares. Assim, a prática da mendicância constitui um dos problemas à nível nacional que necessitam uma especial atenção no âmbito social, político e económico.

Portanto, a questão da mendicidade não só se manifesta no centro da cidade de Maputo, assim como se alastra até o Mercado Grossista do Zimpeto, que é neste espaço onde o estudo mais se centraliza devido à predominância de indivíduos em situação de mendicidade. Com isso, a presença dos grupos de negociantes tornou aquele lugar um centro de criminosos que importunam os moradores, o deficiente sistema de recolha de lixo por parte da salubridade urbana na zona torna-se numa autêntica lixeira, assim como a predominância de pessoas em situação de mendicidade que de alguma forma olham para este lugar como sendo o seu centro de ganha-pão através da mendicidade (Vasco, 2022b).

De acordo com Raposo (2000), no mercado grossista do Zimpeto, encontra-se diferentes grupos, crianças, pessoas idosas, mulheres, raparigas em situação de pobreza a mendigar quaisquer esmolas na tentativa de sobrevivência. Porém, o Plano de Desenvolvimento Municipal para o Quinquénio 2019-2023, apresenta "o combate a mendicidade" como sendo um dos seus maiores desafios que deverão ser superados para a melhoria das condições de vida dos munícipes.

O mercado grossista do Zimpeto é um mercado muito movimentado por gente de todas classes sociais e todas faixas etárias. Por volta das 5 horas há uma enchente de gente e de carros com diversas cargas de mercadorias que se organizam em fila na entrada do mercado a espera da abertura do mesmo, o que de certa forma atraem mendigos de diferentes pontos da cidade de Maputo a fim de pedir esmolas e outros produtos que garantem a sobrevivência dos mesmos (Raposo, 2000).

Por conseguinte, de acordo com o Sector de Género, Criança e Acção Social do Conselho Municipal, o Mercado Grossista do Zimpeto dispõe de "técnicos" que lidam com diversas questões sociais relativas ao meio a qual uma delas é a mendicidade. Pois, as suas funções neste espaço tem sido de manter a ordem pública e promover um ambiente favorável a todos os indivíduos que lá se encontram. Logo, em meia a estas políticas, as suas acções têm sido débeis, o que de alguma forma influência ainda na predominância deste grupo-alvo no mesmo local a procura de algum sustento. Assim sendo, a pergunta de partida que a pesquisa levanta é: ***Qual é o papel do Assistente Social face à políticas sociais na prevenção e mitigação da prática da mendicidade no mercado grossista de Zimpeto?***

Hipóteses

H0: O papel do Assistente Social face a políticas sociais na luta contra prática da mendicidade no mercado grossista do Zimpeto não está focalizada em assistências sociais a pessoas de baixa renda para redução da pobreza, dependência económica, vulnerabilidade permitindo assim com as mesmas tenham o gozo pleno dos direitos sociais, a cidadania e a paz universal.

H1: O papel do Assistente Social face a políticas sociais na luta contra a prática da mendicidade no mercado grossista do Zimpeto está focalizada em assistências sociais á pessoas de baixa renda para redução da pobreza, dependência económica, vulnerabilidade permitindo assim com as mesmas tenham o gozo pleno dos direitos sociais, a cidadania, e a paz universal.

Justificativa

O interesse pela escolha do tema resulta pelo facto de verificar-se muitas famílias, crianças e pessoas idosas engrenadas na prática da mendicidade na cidade de Maputo em particular no mercado grossista do Zimpeto. A questão da mendicidade é um problema que apresenta severas repercussões nas vidas dos cidadãos, no entanto, quando o Estado e as organizações negligenciam as políticas sociais que assegurem a essa camada vulnerável pode influenciar em outras consequências como dissipabilidade económica e desigualdades sociais. Não só, tendo em conta que a profissão do Serviço Social lida com problemas que afectam a cidadãos, acredita-se que o presente tema não foge de regra e esta totalmente relacionada com a profissão do Serviço Social.

No âmbito social pode conceder acções asseveras no âmbito social na comunidade em que se compôs a actividade, os usuários que praticam a mendicidade distarão alcançar a consciência e percepção em acções sócio educativas no mercado grossista do Zimpeto, de maneira a superar os seus desafios na vida quotidiana. Distará legar um suporte no âmbito de reconhecimento das capacidades e criatividade da parte dos mesmos usuários, no âmbito cultural, social e comportamental em seus meios.

Academicamente, a questão social ainda é recente e pouco explorada no contexto moçambicano, por assim dizer, o trabalho irá dar um auxílio na área da investigação em Ciências Sociais e em Serviço Social para melhor alcançar as díspares multifaces da questão social.

Objectivos

Geral:

- Analisar o papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicidade na cidade de Maputo, sobretudo no mercado Grossista do Zimpeto 2019 à 2022.

Específicos:

- Identificar os factores e as causas que contribuem na prática da mendicidade em Moçambique;
- Caracterizar as consequências e os efeitos da prática da mendicidade na cidade de Maputo;
- Apresentar os mecanismos e estratégias que assegurem as pessoas em situação de mendicidade no mercado grossista do Zimpeto.

Estrutura do trabalho

Introdução: na primeira secção do presente trabalho apresenta-se a introdução que debruça-se em torno da contextualização do tema, problematização, pergunta de partida, hipóteses, justificativa e objectivos do trabalho.

Capítulo I: no primeiro capítulo aborda-se sobre o enquadramento teórico e conceptual onde apresenta a teoria que alicerça o tema e os conceitos operacionais.

Capítulo II: no segundo capítulo descreve sobre o plano de intervenção das actividades desenvolvidas no campo da pesquisa.

Capítulo III: caracteriza os procedimentos metodológicos da investigação, trata-se da natureza da pesquisa, tipo de pesquisa e quanto aos objectivos, população e amostra, tipo de amostragem, instrumentos de colecta de dados.

Capítulo IV: o quarto capítulo faz a menção sobre a análise e interpretação dos dados para melhor compreender os resultados da pesquisa feita no campo de intervenção.

Conclusão: a parte conclusiva apresenta a finalidade do trabalho, os resultados alcançados, os objectivos concretizados, as hipóteses validadas, referências bibliográficas, apêndices e anexos.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O presente capítulo debruçara-se em torno da teoria que sustenta o tema para melhor compreender e analisar a problemática e possível actuação do Assistente Social na prática da mendicidade: Estudo de caso no mercado grossista do Zimpeto (2019-2022). Assim sendo, o capítulo está dividido em dois subcapítulos, neste caso, o primeiro subcapítulo aborda a discussão do enquadramento teórico e o segundo apresenta o enquadramento conceptual que diz respeito ao desenvolvimento do tema para melhor ser o entendimento e explanação dos conteúdos referentes a actuação do Assistente Social na prática da mendicidade.

1.1. Enquadramento Teórico

A profissão do Serviço Social desde a sua emergência até os dias actuais tem sido alicerçado por várias correntes teóricas. Quer por meio da sua multidisciplinaridade ou por meio da sua interdisciplinaridade, diversas correntes são relacionadas à várias problemáticas dentro do campo de intervenção social. Essas correntes teóricas podem ser positivistas, funcionalista, estruturalismo, keynesianismo, liberalismo, entre outras que fortalecem a base empírica e científica no contexto profissional do Assistente Social. Entretanto, para melhor explicar o presente trabalho recorreremos na teoria marxista numa abordagem capitalista defendida por Karl Marx (1818-1883) que aborda a questão do capitalismo para melhor relacionar e explicar as causas, os factores e as consequências da mendicidade como fruto da questão social nas sociedades quotidianas.

De acordo com Marx (1818-1883) citado por Souza (2010), a mendicidade, a pobreza, e vulnerabilidade são frutos da revolução industrial e não intervenção do Estado em políticas sociais que assegurem o bem-estar da classe proletária. Segundo o autor, o Estado, a classe burguesa representa-se como a classe dominante, dona dos meios de produção, das matérias-primas e detentoras do capital financeiro, esses meios de produção são compreendidos como: propriedades privadas, matéria-prima, maquinaria e estruturas para a realização do produto.

Segundo Souza (2010), a teoria marxista numa perspectiva capitalista aponta as questões industriais, económicas, questões sociais, culturais, políticos, como as principais inibidoras da mendicidade, pobreza, vulnerabilidade, desigualdades sociais, exclusão social e divisão de classes nas sociedades contemporânea. Segundo o autor, a teoria marxista aponta o sistema capitalista,

como uma das ideologias que favorece na emergência da mendicidade. Assim sendo, o sistema capitalista é caracterizado pelo enriquecimento de um grupo minoria e o empobrecimento da maioria, pelos donos dos meios de produção e de capitais e do outro lado a maioria chamada proletários, pessoas que vendem sua força de trabalho em troca de um salário.

De acordo com Marx (1818-1883) citado por Souza (2010), o trabalho assalariado é outra das principais características desse sistema socioeconômico. Os trabalhadores (proletariado) tem o direito por lei de receber uma remuneração em troca da sua força de trabalho. O salário começou a se tornar mais comum durante o período conhecido por Capitalismo Industrial (a partir de meados do século XVIII). No sistema capitalista contemporâneo, os proletários representam a grande maioria, que dependem dos salários pagos fixamente pelos capitalistas (donos das propriedades privadas). Os assalariados, por sua vez, usam este dinheiro para adquirir produtos e serviços de outros capitalistas, fazendo com que o sistema se movimente constantemente (Souza, 2010).

No entanto, recorremos a teoria marxista pois busca compreender a realidade que se pretende investigar, permitindo assim a entender que o capitalismo favorece os padrões de vida da minoria, obrigando e/ou permitindo assim que muitas famílias não tenham o acesso a qualidade de vida satisfatória, o emprego, a renda, a moradia, a alimentação, possibilitando assim a emergência da mendicidade como fruto da questão social (Nogueira, 2014, pp. 40-50). Entretanto, por um lado, a escolha pela corrente teórica Marxista possibilita-nos compreender porque que as sociedades actuais estão divididas em classes, "ricos se tornando mais ricos e pobres mais pobres", quais os principais factores e causas que influenciam nessa disparidade entre nações e povos.

Portanto, a teoria marxista numa perspectiva capitalista proporciona uma análise crítica e interventiva do Assistente Social mediante essas disparidades entre a burguesia e proletariado. Assim, o Assistente Social munido de suas competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa visa identificar famílias em situações de pobreza e mendicidade, diagnosticar problemas relacionados a falta de renda, habitação, alimentação, transporte, água potável, desemprego e intervir nas camadas mais vulneráveis a fim de materializar políticas e programas que assegurem o bem-estar de todos os cidadãos excluídos pelo sistema capitalista, pela burguesia e Estado opressor, garantindo a cidadania, a igualdade, os direitos sociais, a democracia, a emancipação humana, a liberdade e a paz universal.

1.2. Enquadramento Conceptual

É sempre imperioso em qualquer elaboração do trabalho científico operacionalizar os conceitos chave que identificam e caracterizam o tema para melhor perceber e analisar os mesmos em diferentes perspectivas conceptuais. Porém, o presente trabalho não foge da regra. Assim sendo, o presente subcapítulo inclinar-se-á em volta da operacionalização dos conceitos chave a saber: pobreza, mendicidade, exclusão social, direitos humanos, políticas sociais, Assistente Social e Serviço Social. Achou-se pertinente a escolha desses conceitos pois estão relacionados intrinsecamente com o tema do papel do Assistente Social na intervenção da mendicidade como fruto da questão social que constitui objecto de estudo da profissão do Serviço Social.

1.2.1. Políticas Sociais

De acordo com Pereira (2011), a política social possui duas principais funções: concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis, assim como alocar e distribuir bens públicos, caracterizados como indivisíveis, com a finalidade de que sejam de fácil acesso. Neste sentido, a política social possui como sua principal função a efectivação de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e regulamentados pelas leis. Como também, se dá sempre com a intervenção do Estado, envolvendo diferentes actores sociais, tanto governamentais quanto não-governamentais, por meio de demandas, apoios e através do controle democrático.

Pierson (1991), traz uma tipologia e classificação das políticas sociais segundo os regimes vigentes. A primeira refere-se ao regime liberal, em que as suas políticas estão focalizadas a assistências aos comprovadamente pobres, com redução de transferências universais ou planos modestos de providência, a população de baixa renda é tida como beneficiária, as reformas sociais estão limitadas pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho, há critérios rigorosos para o acesso aos benefícios. Esse regime estimula mais o mercado.

O segundo refere-se ao regime denominado como conservador e corporativista, que tem base no modelo bismarckiano. Nesse regime há uma ênfase estatal no tange a manutenção das diferenças de status, os benefícios são comprometidos com a família tradicional devido ao legado da igreja e são baseados no princípio de subsidiariedade pelo que a intervenção do Estado se concretiza quando a capacidade da família se esgota (Pereira, 2011).

O último refere-se ao regime social- democrata, este que tem a instituição das políticas sociais de forma universal, e os direitos sociais foram estendidas as classes médias. Esse modelo de *welfare state* promove uma igualdade com melhores padrões de qualidade e não somente a igualdade das necessidades mínimas. E afirma o autor, que a implementação das políticas sociais é baseada em dois princípios: serviços e benefícios compatíveis com gastos os gastos mais refinados da classe média e igualdade na prestação serviços que garantem os trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos ricos (Pierson, 1991, p.35).

Para Pereira (2011), a política social tem carácter e escopo genéricos, que lhe possibilita estar em roda e qualquer acção que envolva a intervenção do Estado, este que é compartilhada por agentes interessados no atendimento a demandas e exigências não exclusivamente democráticos-cívicos. O surgimento da política social se deve ao processo de atendimento a demandas e as exigências que as diferentes classes têm interesse. A política social patenteada pelo autor apresenta as seguintes características:

- *Estados de bem-estar intervencionistas fortes*: este modelo combinam a política social extensiva e compromisso institucional com o pleno emprego a todos os indivíduos em situação de pobreza e mendicidade (Pereira, 2011).
- *Estados de bem-estar compensatórios brandos*: caracteriza-se pela prevalência de generosas provisões sociais, mas que se destinam fundamentalmente a compensar necessidades advindas do desemprego.
- *Estados de bem-estar orientados para o pleno emprego com escassa política de bem-estar*: há redução de prestações sociais públicas, pois o compromisso do Estado prioriza a manutenção do pleno emprego (Pereira, 2011).
- *Estados orientados para o mercado com escassa política de bem-estar*: a provisão social pública assim como a garantia estatal de empregos é de carácter limitadas (Pereira, 2011).

Em termos gerais, a política social pública refere-se a uma política estatal, esta reflete sim uma acção pública, a favor do bem comum que implica o comprometimento recíproco entre o Estado e a sociedade permitindo assim com que o Estado cria condições favoráveis a todos indivíduos, no contexto em que edifica mais infra-estruturas tais como escolas, hospitais, locais de lazer, orfanatos, pontes, estradas, entre outros serviços que permite com o cidadão se sinta seguro dentro da sociedade (Pereira, 2011).

1.2.2. Pobreza

O conceito sobre a pobreza tem variado de acordo com o tempo, influenciado pelas abordagens, método e perspectiva teórica. Sendo que para Costa (2009), a pobreza tal como é definida pela actual literatura e políticas de desenvolvimento, é uma construção reactivamente recente, este termo tem sido utilizado para designar situações de precariedade material desde tempos imemoriais. O conceito de pobreza varia de acordo com lugares, com os informantes e com a percepção individual no tocante à sua posição socioeconómica e à influência do sistema social onde as suas acções estão inseridas. Estas percepções permitem-nos inferir que o conceito de pobreza está associado não apenas à posse de bens materiais e rendimentos, mas, igualmente às relações sociais mais estáveis, bem como à uma maior intervenção do Estado na provisão de condições económicas e sociais conducentes ao desenvolvimento dos indivíduos e do seu bem-estar (Mate et al. 2007, p. 15).

À semelhança do que se verifica na generalidade dos países, Moçambique tem assistido, nas últimas décadas, a pressões demográficas que obrigam as cidades a transformações permanentes. Desde sempre, as cidades foram consideradas como centros de desenvolvimento económico, cultural e civilizacional Faísca (2009); Freitas (2009) e; Maia, (2009). A cidade torna-se mais que nos campos, um território de disponibilidades, um território social. A maneira como as pessoas se agrupam para viver é diferente da maneira como residem e convivem no campo. É daqui que surge o urbanismo, tal, a urbe vai ser, cada vez mais, um espaço muito instável, frágil e violento, de tensões sociais, tornando-se portanto, num espaço de disputa social, donde a origem da pobreza mendicidade e outras questões sociais como sucedeu no período da revolução industrial.

Deste ponto de vista e, segundo Mingione (2009) apud Mela (2010, p. 108), podemos considerar como pobreza a “ideia de que, por diversas razões e períodos de tempo variáveis, uma parte da população não tem acesso a recursos suficientes para lhe permitir sobreviver a um nível de vida mínimo, determinado histórica e geograficamente, que conduz a consequências graves em termos de comportamento e relações sociais.”

Definição segundo o PARPA I¹: Define a pobreza como sendo incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade. Definição segundo o PARPA II²: Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade.

- Outras definições: Falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades alimentares e não alimentares básicas (Pobreza Absoluta, em termos de rendimento); Falta de rendimento suficiente para satisfação das necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com as normas de sociedade (Pobreza Relativa);
- Falta de condições humanas básicas, como o analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças de possível prevenção. Esta definição relaciona-se com as medidas indirectas da pobreza tais como acesso a bens, serviços e infra-estruturas necessárias para atingir condições humanas básicas. Saneamento, água potável, educação, comunicações, energia, etc. (Pobreza Humana);
- Carência material; tipicamente envolvendo as necessidades da vida quotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais (PARPA II, 2005-2009).

O mais característico da pobreza como é entendido actualmente, não é, todavia, a concentração intelectual, nem o número elevado de pessoas que vão viver em cada núcleo de pobreza, mas a possibilidade enorme de serviços disponíveis a todos os cidadãos capazes de adquirir livremente sem que haja uma injustiça ou exclusão social (Gameiro, 2011, p. 124).

1.2.3. Mendicidade

A mendicidade é definida por Medina (2015) como “um conjunto de actividades através das quais uma pessoa pede dinheiro a um estranho em razão de ser pobre ou de necessitar de doações de caridade para a saúde ou por razões religiosas”. A mendicidade é definida pela OIT (2014), como

¹ Vede Plano de Acção para Redução de Pobreza Absoluta I 2000-2005. Aprovado pela Assembleia da República de Moçambique. Maputo.

² Vede Plano de Acção para Redução de Pobreza Absoluta II 2005-2009. Aprovado pela Assembleia da República de Moçambique. Maputo.

“um conjunto de actividades através das quais uma pessoa pede dinheiro a um estranho em razão de ser pobre ou de necessitar de doações de caridade para a sua saúde ou por razões religiosas.

Do ponto de vista conceitual, é fundamental não perder de vista que a mendicidade é expressão directa das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria, ela é produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam”, os pobres em seu lugar na sociedade (Dias, 2010, p. 35).

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da mendicidade, o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações da mendicidade. É importante considerar que a mendicidade é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (Martins, 2012).

No entanto, apesar de a mendicidade ser a mais severa e se encontrar nos países subdesenvolvidos, esta existe em todas as regiões. Nos países desenvolvidos manifesta-se na existência dos sem-abrigo e de subúrbios pobres. A mendicidade pode ser vista como uma condição colectiva de pessoas pobres, grupos, e mesmo de nações. Para evitar este estigma essas nações são chamadas normalmente países em desenvolvimento. Em países pobres cateteriza-se pela fome e baixa esperança de vida, doenças, falta de oportunidades de emprego, carência de água potável e de saneamento, maiores riscos de instabilidade política e violência, emigração, existência de discriminação social contra grupos vulneráveis, existência de pessoas sem-abrigo e depressão tal como Moçambique real em que vivemos (Adelino, 2011).

As causas da mendicidade e a pobreza não resultam de uma única causa mas de um conjunto de factores, como:

- Factores político-legais: corrupção, inexistência ou mau funcionamento de um sistema democrático, fraca igualdade de oportunidades;
- Factores económicos: sistema fiscal inadequado, representando um peso excessivo sobre a economia ou sendo socialmente injusto; a própria pobreza, que prejudica o investimento e o desenvolvimento, economia dependente de um único produto (Adelino, 2011).

- Factores sócio-culturais: Reduzida instrução, discriminação social relativa ao género ou à raça, valores predominantes na sociedade, exclusão social, crescimento muito rápido da população.

Factores naturais: Desastres naturais, climas ou relevos extremos, doenças; Problemas de Saúde: Adesão a droga ou alcoolismo, doenças mentais, doenças da pobreza como a SIDA e a malária; deficiências físicas; Factores históricos: Colonialismo, passado de autoritarismo político; Insegurança: Guerra, genocídio, crime. Muitas das consequências da mendicidade são também causas da mesma criando o ciclo da mendicidade (Adelino, 2011).

1.2.4. Exclusão Social

Para Guerra (2012), a exclusão social é um processo caracterizado pelo afastamento de pessoas de todas as instâncias da vida social. Por ser, no entanto, um processo polissêmico e bastante subjetivo, dificilmente há um consenso sobre o que realmente seria a exclusão social. A exclusão social pode ser definida como a exclusão de pessoas da sociedade, da economia e da participação política. As pessoas excluídas de acesso a recursos, de tomar decisões e/ou de apoio social (em função do sexo, identidade étnica ou estigma, tal como o relacionado com o HIV/SIDA, por exemplo) são mais vulneráveis à pobreza e à insegurança (Rachel, 2012a).

A exclusão económica, social e do desenvolvimento humano em Moçambique têm sido tema de preocupação de diversas organizações e investigadores. O conceito da exclusão subentende a uma distribuição não uniforme, ou proporcional repartida pelos membros da sociedade, de oportunidades, recursos, rendimentos, consumo, salários, acesso a serviços de saúde, educação e outros serviços básicos. Mais importante do que a questão da maior ou menor igualdade na distribuição, a razão por que a questão da exclusão capta tanta atenção é a ideia de injustiça a que a concentração de recursos e oportunidades está associada (Rachel, 2012b).

1.2.5. Direitos Humanos

De acordo com Matos (2012), antigamente havia uma conexão imediata entre Direitos Humanos e direitos políticos (direitos de primeira dimensão), contudo essa visão e sua correlação com a democracia, encontra-se ultrapassada, ao menos no mundo ocidental. Os Direitos Humanos encontram-se espaçados pela Constituição de 1988. A “humanização” do constituinte de 1987-88

se deve, principalmente, em razão da celebração de diversos tratados internacionais de protecção dos Direitos Humanos.

A democracia em Moçambique recepcionou uma série de Direitos Humanos no texto constitucional de 1988. A dificuldade actual não é mais positivar os Direitos Humanos, mas sim torna-los plenamente eficazes e altamente inclusivo. O art. 1º prevê da Constituição da República se constitui em “Estado Democrático de Direito” e possui, entre outros, os seguintes fundamentos: cidadania (II); dignidade da pessoa humana (III); os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (IV) e o pluralismo político (V)³.

O artigo 4º da Constituição da República de Moçambique de 2018, apresenta os princípios de regência internacional: prevalência dos direitos humanos (II); autodeterminação dos povos (III); defesa da paz (VI); solução pacífica dos conflitos (VII); repúdio ao terrorismo e ao racismo (VIII); cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (IX).

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a protecção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (AR, 2018)⁴.

A participação política é outro Direito Humano assegurado pela Constituição nos seguintes termos: a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito, referendo e iniciativa popular. A Constituição trata dos direitos dos partidos políticos nos seguintes termos: é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana (AR, 2018).

Trata ainda a Constituição da República, intervenção para o desenvolvimento urbano, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objectivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das províncias com maior taxa de pobreza e garantir o bem-estar de seus habitantes. A

³ Vede a Constituição da República de Moçambique 2018. Tratado sobre os direitos humanos para os moçambicanos. Maputo.

⁴ Vede Assembleia da República 2018. Legalidade e Direitos Constitucionais em Moçambique. Maputo.

segurança social entre outros temas trata da previdência social, saúde e assistência social, educação, cultura, comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, jovem, pessoas idosa, indivíduos em situação de mendicidade e pobreza são temas considerados pela Constituição República (AR, 2018).

1.2.6. Assistente Social

Para Cesar (2013, pp. 54-68), o Assistente Social é um profissional que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, ele actua em diferentes áreas do saber. Para o autor o Assistente Social tem algumas características na intervenção dos indivíduos que se encontram em situação de pobreza e mendicidade, dentre elas podemos destacar como:

- A busca constante pelo conhecimento da prática na orientação dos indevidos para que proporcione um elevado grau de protecção e participação nas actividades económicas;
- Ser um profissional competente no desenvolvimento comunitário principalmente para as famílias que encontram-se sem situação de pobreza e vulnerabilidade;
- Manter um ambiente agradável no núcleo familiar propondo assim mudanças de atitudes no seio familiar que pratica a mendicidade.

Entretanto, quanto mais os Assistentes Sociais forem capazes de explicar e compreender as lógicas que produzem a mendicidade e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico (o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social). Mas, se fundamental é decifrar as lógicas do capital, sua expansão predatória e sem limites, desafiante é, também, saber construir mediações para enfrentar as questões que se colocam no tempo miúdo do dia-a-dia da profissão (Martins, 2012).

É nesse tempo que podemos partejar o novo construir resistências, construir hegemonia, enfrentar as sombras que mergulham esta imensa parcela de humanidade explorada, enganada, iludida, massacrada, gente que fica à espera em longas filas para receber os “benefícios” baixos, indivíduos que trabalham incansavelmente para receber uma miséria, indivíduos que nasce sem ter provado da justiça, direitos sociais, liberdade, cidadania e emancipação (Martins, 2012).

Nesta senda, o papel do Assistente Social é intervir nessas camadas que se encontram em situação de mendicidade para o gozo pleno da cidadania e paz universal. Também, é necessário um projecto profissional que envolve um conjunto de componentes que necessitam se articular com os valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações, a crítica com o movimento da sociedade na qual o Serviço Social é parte (Martins, 2012).

1.2.7. Serviço Social

São vários os conceitos que podem ser atribuídos ao termo Serviço Social. Neste contexto, entende-se por Serviço Social como sendo aquele que surge e se desenvolve em resposta às situações e problemas sociais concretos derivados da estrutura social, visando a humanização verdadeira do homem, do seu mais ser ou acomodar-se em favor da permanência (Kisnerman, 1991).

O Serviço Social é uma profissão que visa proporcionar bem-estar social aos indivíduos através da elaboração de políticas que visam criar uma inclusão dos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Actualmente, a profissão do Assistente Social deixou de ser mera filantropia, ela foi se metamorfoseando com o tempo e ganhou novos desafios dentre os quais se destaca a resolução de vários problemas sociais que enfermam a sociedade (Netto 1996). Tem sido preocupação do Serviço Social criar um ambiente em que todos indivíduos tenham acesso aos bens necessários para o desenvolvimento sustentável através do acesso a saúde, educação, habitação, transporte, lazer, etc. “O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas” (Iamamoto, 2008, p. 20)

CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

O plano de intervenção destina-se à apresentação das principais acções ou estratégias de intervenção social que visam reverter a situação do problema identificado, portanto, neste capítulo dá-se a conhecer as acções (estratégias de intervenção social), a finalidade, os intervenientes, a periodicidade e o local onde estas acções terão lugar. Neste capítulo abordara-se as actividades que foram desenvolvidas no campo da pesquisa, os objectivos e o lugar da pesquisa. Importa referir que, esta etapa faz alusão das actividades por realizar, ou seja, que ainda não foram realizadas.

2.1. Reunião com as Estruturas Autoritárias do Mercado Grossista do Zimpeto (MGZ)

A primeira actividade consistiu em reunião com as estruturas autoritárias do mercado grossista do Zimpeto (MGZ), a mesma actividade tinha como objectivo: ilustrar os direitos das pessoas em situação de mendicidade do mercado grossista do Zimpeto; atender as pessoas que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade, identificar os desafios e as dificuldades por eles enfrentados no seu dia-a-dia e mostrar os programas de protecção social para possível integração no sistema de segurança social básica. A actividade foi desempenhada pelo pesquisador, estruturas autoritárias do Mercado Grossista do Zimpeto, pais e encarregados de educação residentes no bairro do Zimpeto em coordenação com as organizações não-governamentais para materialização da intervenção social no mesmo mercado. A actividade tinha como o tempo estabelecido de duas semanas.

As técnicas utilizadas nesta actividade foram a técnica de observação participante e diário de campo. Assim, a observação participante pode ser entendida como uma técnica que consiste em participar directamente com o grupo-alvo, saber das suas dificuldades quotidianas, ouvir as suas preocupações e prestar assistência directa aos usuários (Minayo, 2010). Entretanto, a observação participante se materializou no contexto em que o pesquisador ouviu atentamente as complexidades, sofisticções e obstáculos que as pessoas enfrentavam no bairro do Zimpeto em particular no mercado grossista.

De acordo com Minayo (2010), o diário de campo é um instrumento utilizado pelos pesquisadores e investigadores para anotações, comentários, observações, análises, críticas e coleta de dados no campo de pesquisa. Nesta senda, usou-se a esse instrumento no contexto em que o pesquisador anotou todos os acontecimentos ocorridos no mercado grossista do Zimpeto.

2.2. Capacitação das Estruturas Municipais em Matérias Ligadas à Democracia e Direitos Humanos

A segunda actividade consistia em capacitação das estruturas municipais em matérias ligadas a democracia e direitos humanos, a mesma actividade tinha objectivo: permitir maior conhecimento dos direitos humanos e uma sociedade mais inclusiva, fazer conhecer os direitos sociais a todos os indivíduos que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade e expandir as informações relativas a cidadania e emancipação humana. Fizeram parte desta actividade, pesquisador, estruturas autoritárias do Mercado Grossista do Zimpeto, pais e encarregados de educação residentes no bairro do Zimpeto, activistas sociais da sociedade civil, membros do governo em coordenação com as organizações privadas para materialização dessa actividade no mesmo mercado. A actividade tinha como o tempo estabelecido de duas semanas.

Os instrumentos utilizados nessa actividade foram a entrevista semi-estruturada e estudo social. A entrevista semi-estruturada de acordo com Lakatos (2013), é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a colecta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Para Goode e Hatt (1969), a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo acto social como a conversação”. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária. A técnica de entrevista-semiestruturada foi aplicada em contexto que o pesquisador estabeleceu perguntas relativas a manifestações que a mendicidade, pobreza e vulnerabilidade se caracteriza no mercado grossista do Zimpeto em geral na cidade de Maputo.

O estudo social de acordo com Miotto (2001), é um instrumento utilizado para conhecer e analisar detalhadamente a situação vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, com demandas específicas. Um/a perito/a social deve sistematizar princípios e diretrizes teórico-metodológicas e ético-políticas norteadoras da profissão de assistente social. Ele/a se utiliza do conhecimento teórico – prático acumulado para contribuir de forma competente para provocar alterações na realidade dos sujeitos (Miotto, 2001).

2.3. Sensibilizar as Estruturas Municipais do MGZ a Respeito da Mendicidade Decorrente no seu Meio

A terceira actividade consistiu em sensibilizar as estruturas Municipais do mercado grossista de Zimpeto a respeito da Mendicidade decorrente no seu meio, a mesma actividade tinha objectivo: garantir os direitos das pessoas em situação de mendicidade do mercado grossista do Zimpeto, difundir as informações necessárias sobre os direitos legais que as pessoas tem na família, instituição, comunidade e sociedade em geral, analisar as condições de vida que elas tem na sua família para posterior elaborar um guião de entrevista e estudo social e caso reunissem os critérios de elegibilidade, sugerir-se-ia a integração nos diferentes programas de segurança social básica. Fizeram parte desta actividade, pesquisador, estruturas do Mercado Grossista do Zimpeto, pais e encarregados de educação residentes no bairro do Zimpeto, activistas sociais da sociedade civil, membros do governo em coordenação com as organizações privadas para materialização dessa actividade no mesmo mercado. A actividade tinha como o tempo estabelecido de duas semanas.

Em termos dos instrumentos utilizados nessa actividade foi a visita domiciliária e parecer social. A visita domiciliária pode ser entendida como ir ao local de residência do usuário, ao seu território de moradia. Neste sentido, temos que ter em mente que não é um “ir” sem um planeamento prévio, não é uma visita qualquer. A visita domiciliária para Miotto (2001, p.148) tem como objectivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do quotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete.

Nestas circunstâncias, a visita domiciliária se materializou no momento em que o pesquisador deslocou-se ao local da residência do usuário para tentar perceber como os mesmos viviam e que tipo de programas recebiam por parte das instâncias públicas. Durante a visita domiciliária constatou-se que muitas famílias encontravam-se em situação de pobreza e não existiam quaisquer programas de segurança social básica que as asseguravam as mesmas. Assim sendo, sugeriu-se que as mesmas procurassem os Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de Ka-Mubukwana para possível integração nos programas de protecção social. De acordo com Miotto (2001), o parecer social refere-se a opinião que o/a assistente social emite sobre uma situação estudada, opinião esta baseada na análise realizada e desta deverá conter os aspectos mais pertinentes da situação.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O presente capítulo refere-se à metodologia e à delimitação da investigação, onde se explanam os processos metodológicos, as técnicas empregadas, bem como a modo como foi encaminhado o trabalho, pela exposição da metodologia da investigação, do procedimento da amostragem, e o sistema de colecta de dados. Entretanto, recorreremos os procedimentos metodológicos exigidos na Faculdade de Letras e Ciências Social sobretudo no curso de Licenciatura em Serviço Social para melhor perceber e analisar a mendicidade como fruto da questão social. Trata-se de uma abordagem mista que envolve, a pesquisa de natureza qualitativo e quantitativo, usada em ciências sociais, para análise e tratamento de dados.

3.1. Natureza da Pesquisa

De acordo com Gil (2012), a pesquisa mista é uma pesquisa que envolve abordagens qualitativas e quantitativas, em uma mesma investigação (como a colecta de dados, o uso de perspectivas, análise e técnicas de inferência qualitativas e quantitativas), com a finalidade de aprofundar e desenvolver os conhecimentos e sua corroboração, de modo que os métodos sejam aplicados com coerência e precisão. A utilização dos modelos em conjunto procura adotar vários métodos para análise do objecto de estudo, através da comparação dos dados obtidos por meio das abordagens quantitativas e qualitativas. Dessa forma, as abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjectividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objecto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados.

Segundo Creswell (2010, p.39), apresenta três estratégias gerais para os procedimentos da pesquisa mista: (i) o investigador pode iniciar por uma abordagem qualitativa e seguir com uma abordagem quantitativa, ou vice-versa; (ii) o investigador colecta as duas formas de dados ao mesmo tempo e depois integra as informações na interpretação dos resultados; (iii) o investigador utiliza um enfoque teórico como uma perspectiva ampla em um projecto com dados quantitativos e qualitativos, sendo que esse enfoque pode envolver uma abordagem sequencial ou concomitante e a abordagem quantitativa pode auxiliar a qualitativa ao utilizar os métodos estatísticos, o uso de tabelas, gráficos, figuras, a nível de análise e interpretação de dados.

3.2. Tipo de Pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa recorreremos a pesquisa-acção. Entretanto, de acordo com Marconi (2010), a pesquisa-acção é aquela utilizada com o objectivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novas questões sociais ou as relações entre eles. A pesquisa-acção auxiliou-nos na observação de factos e questões tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. A pesquisa-acção propriamente dita "não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controlos adequados e com objectivos pré-estabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado (Marconi, 2010).

Para Thiollent (2013), a pesquisa-acção é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema colectivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo. A pesquisa-acção é a que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores, pessoas idosas, crianças em situação de pobreza, as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas, levando em conta as suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir, é a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autónomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior (Borda, 1983, p. 43).

Nesta senda disso, a pesquisa-acção materializou-se no momento que o pesquisador envolveu-se directamente com o grupo-alvo dentro da pesquisa. Assim sendo, permitiu a sistematização de dados relativos a pessoas que vivem em situação de mendicidade e vulnerabilidade na cidade de Maputo, e assim, questionando quais eram os principais factores inibidores dessa questão social para melhor perceber e intervir na problemática em causa. Entretanto, a pesquisa-acção está inteiramente ligada com o tema em análise, pois, para a compreensão desta questão social permite o envolvimento total entre os Assistentes Sociais e os participantes representantes do problema, neste caso, os mendigos do mercado grossista do Zimpeto, pais e encarregados de educação, crianças em situação de desnutrição crónica, jovens desempregados e a todos que directa ou indirectamente são afectados pelo problema.

3.3. Quanto ao Objectivo

Quanto ao objectivo, recorreremos a pesquisa descritiva. De acordo com Thiollent (1986, p.14), a pesquisa descritiva tem como objectivo de descrever as características de determinadas populações ou fenómenos. Levantam opiniões e crenças de uma dada população. Podem ser associadas as pesquisas explicativas e as exploratórias. Segundo Trivinos (1987), a pesquisa descritiva como sendo aquela que descreve com exatidão os factos e questões sociais de determinada realidade. Esta pesquisa permite que o investigador em função do objecto e dos objectivos da pesquisa correlacione todas as informações em busca da validade da mesma.

De acordo com Lakatos, (2010) a pesquisa descritiva tem por objectivo descrever completamente determinada questão social, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. A pesquisa descritiva dá-se precedência ao carácter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

Por outra, Gil (2008), menciona que a pesquisa descritiva usa os procedimentos específicos para coleta de dados para o desenvolvimento de idéias, são aqueles estudos exploratórios que utilizam exclusivamente um dado procedimento, como, por exemplo, análise de conteúdo, para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente. Dessa forma, apresentam descrições quantitativas e qualitativas exatas entre as variáveis determinadas, muitas vezes são usadas em ciências sociais tanto quanto em ciências exatas a fim de ilustrar e interpretar os dados em formas de tabelas, gráficos, modelos, diagramas numa base estatístico.

Entretanto, a pesquisa descritiva foi materializada em contexto em que o pesquisador descreve todas as características das pessoas, pais e encarregados de educação que se encontravam no mercado grossista do Zimpeto no momento da intervenção social. A pesquisa descritiva possibilitou um olhar crítico e sistemático das informações que os usuários tinham em relação as manifestações da mendicidade no mesmo mercado. Ementes, durante o processo da concretização da mesma pesquisa foi possível notar tipos dificuldades, obstáculos, constrangimentos que o grupo-alvo enfrentavam para posterior organizar em tabelas e gráficos na análise e interpretação dos dados.

3.4. População e Amostra

A população é um seguimento ou um total de seres que apresentam uma característica em comum (Marconi e Lakatos, 2011). A amostra pode ser definida como uma parte da população em estudo (Bergamachi et al., 2010). O objectivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas dos beneficiários que fizeram parte da pesquisa: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Lakatos 2013, p. 34). Segundo Gil (2010), amostra é um subconjunto ou frações de certas populações ou um universo que serve para estabelecer resultados onde se estima algo.

Entretanto, com de acordo com a Direcção Administrativa do Mercado Grossista do Zimpeto, mais de 500 pessoas praticam actividade informal naquele mercado. Assim, a maior parte das pessoas que praticam essa actividade se encontram em situação de dependência económica, social e sustentável com características diferentes. Portanto, o universo populacional do presente trabalho é constituído por 500 pessoas que se encontram em situação de mendicidade e vulnerabilidade. Fizeram parte dessa amostra 30 pessoas em situação de mendicidade no Mercado Grossista do Zimpeto de ambos os sexos diferentes e de idade compreendidas em 12 aos 60 anos de idade.

Neste panorama, a escolha da amostra deveu-se pelo facto das pessoas que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade apresentar condições exatas e elegíveis para o processo de investigação e entrevista feita pelo Assistente Social no campo de intervenção e também das estruturas municipais do mercado grossista de Zimpeto se disponibilizarem para o processo de entrevista. Assim sendo, através do respeito, consideração e atenção por parte do pesquisador, os mesmos fornecerem informações credíveis relativos a problemática em causa.

3.4.1. Processo de Amostragem

O método de amostragem utilizado no trabalho foi a não probabilística, uma vez que nem toda população teve a oportunidade de fazer parte do trabalho. Este método de amostragem permite proceder ao tratamento estatístico, que possibilita compensar erros de amostragem, e outros aspectos relevantes de representatividade e significância da amostra (Lakatos & Markon, 2013). Optou-se pela selecção da amostra não probabilística pois o grupo-alvo ofereceu-se a participar na entrevista feita pelo pesquisador.

3.5. Instrumentos de Colecta de Dados

Em relação aos instrumentos de recolha de dados recorreremos pelas técnicas de entrevista semi-estruturada e observação participante pois os mesmos facilitam na recolha de dados. A entrevista semi-estruturada é um acto, que reúne duas ou mais pessoas, com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; é um momento de escuta, ouvir é uma actividade activa do/a Assistente Social, não é um mero receber informações do usuário e vai muito além de um bate - papo. Ao ouvir atentamente, o profissional irá concomitantemente elencando possíveis situações para intervir nas questões/demandas postas pelo entrevistado (Favero, 2010).

Neste tipo de entrevistas, o entrevistador apresenta para os diversos entrevistados uma mesma série de perguntas pré-estabelecidas, ficando o entrevistador preso ao enunciado específico no roteiro da entrevista: ele não é livre de adaptar as suas perguntas à situação específica, de modificar a ordem dos tópicos ou de fazer perguntas (Favero, 2010). Importa salientar que a entrevista se procedeu na medida em que se estabeleceu perguntas relacionadas com a prática de mendicidade no mercado grossista do Zimpeto, ouviu-se atentamente as respostas dos entrevistados e os problemas sociais que as enfrentam no seu quotidiano.

Também a entrevista se procedeu quando estabeleceu-se um contacto directo com indivíduos, crianças que pediam esmolas, raparigas que mendigavam nos mercados, e pessoas idosas que andavam de carrinha a mendigar pães, açúcar e qualquer outro género alimentício naquele mesmo mercado. Nestas circunstâncias, o entrevistador fixou atentamente nos problemas que afectavam todos os indivíduos, problemas esses que necessitam de intervenção imediata do Assistente Social de modo a combater com as mesmas práticas. Não só, os mesmos carecem de uma especial atenção principalmente na inserção de programas de protecção social.

Também se utilizou a observação participante que é um instrumento pelo qual envolve atitudes de perceber, tomar conhecimento de uma situação/demanda ou acontecimento que possa ajudar a explicar ou a compreender a realidade dos sujeitos/usuários com o qual o profissional está intervindo. Refere que é ao mesmo tempo um processo mental e técnico. Envolve o que vamos observar, que tipos de fenômenos são possíveis detectar e mensurar, qual o significado destas questões sociais (Souza, 2014).

Minayo (2010) define a observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador fica em relação directa com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, assim, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2011), a observação é uma técnica de colecta de dados para conseguir informações e utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.

A entrevista é, portanto, uma forma de interacção social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008). A técnica da observação participante se procedeu no momento em que o pesquisador se envolveu num contacto directo os indivíduos no mercado grossista do Zimpeto. Foi possível observar o modo de vida que os mesmos enfrentam naquele mesmo naquele mercado, as suas crenças, os seus valores comportamentais, culturais, as suas interacções e as suas representações sociais que elas carregam.

3.6. Validade e Fiabilidade dos resultados

A validade revela a capacidade que um instrumento tem de produzir medições adequadas e precisas para chegar a conclusões correctas, assim como poder aplicar as descobertas feitas a grupos semelhantes, não incluídos em determinada pesquisa (Richardson, 2009). Para Gil (2012), a validade é a capacidade de uma medida para produzir os efeitos esperados. Assim, uma medida é considerada válida quando mede realmente o que se pretende medir. O conceito de fidedignidade refere-se à consistência ou estabilidade de uma medida. Tome-se o exemplo de uma balança. Se essa acusa o mesmo peso para um mesmo objecto em momentos diferentes, pode ser considerada fidedigna.

Considere-se igualmente um teste psicológico. Se este fornecer a uma mesma pessoa um resultado mediano e na semana seguinte bastante superior à média, não poderá ser considerado fidedigno. Assim, para fins de pesquisa considera-se que uma escala é fidedigna quando aplicada à mesma amostra produz consistentemente os mesmos resultados (Gil, 2010). No que concerne fiabilidade, a pesquisa manteve-se fiel aos dados fornecidos pelos seus entrevistados para melhor interpretação

na análise e interpretação dos dados. Por outro lado, será necessário averiguar a fiabilidade dos dados, que significa precisão do método de medição, podendo ser averiguada através da análise da consistência ou estabilidade desse método.

3.7. Aspectos Éticos da Pesquisa

No contexto do trabalho de pesquisa, surge a necessidade de seguir e obedecer um conjunto de preceitos éticos, de modo a criar um ambiente favorável a realização do trabalho pretendido, onde o pesquisador e o pesquisado possam estabelecer relação de trabalho favorável para ambas partes.

De modo a respeitar os preceitos éticos a serem seguidos, no âmbito da realização do presente trabalho aos entrevistados, foi-lhes garantido que, sua identidade será mantida em sigilo, que é livre para qualquer momento recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento e poderá deixar de participar da pesquisa sem apresentar justificativas, caso esteja interessado poderá ser informado sobre todos os resultados obtidos na pesquisa e que toda a informação por estes fornecida será exclusivamente usada para fins de carácter académico. Também, sobre a sensibilidade do investigador, salientar que todas entrevistas foram documentadas em bloco de notas, e não foi exposto a vida pessoal e privado de todos os entrevistados.

3.8. Estudo de Caso

De acordo com Yin (2013), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenómeno actual dentro do seu contexto da realidade, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, com vista a servir em pesquisas com diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenómeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (Yin, 2013).

3.8.1. Caracterização do Mercado Grossista de Zimpeto

Segundo Mabécula⁵, o mercado grossista do Zimpeto surgiu como resultado da necessidade de uma transferência do mercado da Malanga onde outrora verificava-se uma superlotação acompanhada pelo surgimento e proliferação de problemas relativos ao aumento de índice de criminalidade, imundície e outros males, até que a opinião pública começou a protestar pela transferência do mercado para outra zona. Estas reclamações fizeram com que o governo municipal tomasse a decisão de procurar um outro espaço mais alargado para o exercício destas actividades económicas. De entre vários locais identificados, o Bairro do Zimpeto demonstrou condições favoráveis para as novas instalações do mercado, tendo sido identificado este local no dia 10 de Junho de 2002 e, em 2007 materializou-se o projecto da transferência do mercado Grossista da Malanga para o Bairro do Zimpeto (Mavila, 2013).

No dia 28 de Maio de 2007 foi inaugurado o mercado Grossista do Zimpeto, criado com o intuito de transferir todos vendedores grossistas do mercado da Malanga ficando apenas os retalhistas, mas este objectivo não foi atingido na sua íntegra, uma vez que alguns vendedores grossistas continuam a exercer suas actividades económicas no mercado da Malanga e alguns vendedores retalhistas acompanharam os grossistas no Zimpeto (Mavila, 2013, p. 30).

No que concerne a organização do mercado, este foi idealizado primeiro para acolher os agricultores e importadores, mas que não chegou a acontecer porque alguns deles abandonaram as bancas para vender em camiões no recinto do mercado, alegando que o material usado para a construção das bancas degradaria rapidamente os seus produtos. Estruturalmente, o mercado contém uma capacidade instalada interna de cerca de 21.390 espaços distribuídos em 4.506 barracas, 16.680 bancas e 204 lojas, sem incluir vendedores fora do mercado (Mavila, 2013). O mercado Grossista do Zimpeto apresenta três (3) áreas de comércio, distintas, designadamente:

- Um espaço aberto nas proximidades da EN1, reservado ao estacionamento e à venda de produtos pelos camionistas; ii) Uma área central com bancas (stands) construídas para o comércio de produtos diversos a grosso, excepto produtos agrícolas frescos; iii) Uma área na parte traseira do mercado reservada à construção de armazéns, frigoríficos e escritórios do mercado (Mavila, 2013, p. 26).

⁵ Mabécula, V. (2018, cp), funcionário do conselho Municipal da Cidade de Maputo, Gabinete de Educação.

CAPITULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O presente capítulo debruça-se em torno da análise e interpretação dos dados em função da informação colhida no campo da pesquisa e cujo instrumentos utilizados forma a observação participante, diário de campo e entrevista semi-estruturada. Assim sendo, a abordagem mista ajudou a ajudar na análise e interpretação dos dados em uso de tabelas, gráficos, para melhor ilustrar como a prática da mendicância ocorre no mercado Grossista de Zimpeto.

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Na presente secção apresenta-se o perfil sociodemográfico dos entrevistados para melhor alcançar os resultados que foram desenrolados dentro do campo da pesquisa. Entretanto, participaram deste trabalho, 30 pessoas que praticam a mendicância no mercado grossista do Zimpeto, tendo como variáveis: sexo, idade, estado civil, profissão, nível da escolaridade, número de agregado familiar e local da residência. Dentre os entrevistados, 20 pessoas são do sexo masculino e 10 do sexo feminino, no que diz respeito ao estado civil, 14 pessoas estão casadas maritalmente e 16 são solteiros, em relação ao nível da escolaridade, 27 pessoas são analfabetas e 3 tem 4ª classe do antigo sistema, no que concerne a profissão, 30 pessoas são desempregadas, no que diz respeito ao agregado familiar, 16 pessoas vivem num agregado familiar compostas entre 7 (sete) elementos á 8 (oito) elementos e 14 pessoas que praticam a mendicância vivem num agregado familiar compostas em 5 (cinco) a 6 (seis) elementos, no que concerne ao local da residência, 19 pessoa vivem no bairro do Zimpeto e 11 pessoas vivem bairro de Benfica, com idades compreendidas entre os 12 aos 60 anos de idade.

A questão social da mendicância é complexa e requer fundamentos para poder analisar e avaliar os possíveis causas e factores que estão interligados nessas questões. Outros autores dizem que pode estar associada a preguiça laboral, outros por falta de rendimentos para satisfazer as suas necessidades. Durante a observação feita no local da pesquisa constatou-se que essas pessoas agem como trabalhadores: têm horários de entrada e saída, têm roupas apropriadas para mendigar, conhecem os seus alvos (passantes, pessoas que descem dos chapas, automobilistas, comerciantes etc.) e fazem um rendimento alto. Alguns mendigos chegam a ganhar entre 200Mt a 800Mt por dia (6000Mt à 24000Mt por mês).

Tabela 1. Idade dos Entrevistados

Idade	Nº dos entrevistados	Percentagem (%)
De 12 a 20 anos de idade	8	27%
De 20 a 30 anos de idade	7	23%
De 30 a 40 anos de idade	6	20%
De 40 a 50 anos de idade	4	13%
De 50 a 60 anos de Idade	5	17%
Total	30	100%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os dados acima apresentam a faixa etária dos entrevistados no mercado grossista do Zimpeto, o que de certa forma nos permite analisar e perceber como o grupo-alvo está directamente relacionado com a questão social em análise. De salientar que participaram desta amostra cerca de 30 pessoas que praticavam a mendicidade no mercado grossista do Zimpeto no momento em que o pesquisador fazia a coleta de dados. Dentre os entrevistados, constata-se que a idade mínima é de 12 anos de idade e máximo é de 60 anos de idade. A sua distribuição é de alguma forma homogénea pelos vários grupos etários com percentagens que variam entre os 27% para os entrevistados menos de 30 anos de idade o que correspondem a 8 pessoas, 23% para o grupo etário dos 20 aos 30 anos de idade o que correspondem a 7 pessoas, 20% para o grupo etário de 30 aos 40 anos de idade, 13% dos entrevistados correspondem a faixa etária de 40 aos 50 anos de idade, e 17% dos entrevistados correspondem a uma faixa etária de 50 aos 60 anos de idade que correspondem a 5 pessoas.

É de referir igualmente que, a maioria é de 27%, 23% e 20% que se enquadra na população activa (composta por crianças, jovens, adolescentes, adultos, pais e encarregados de educação) contra apenas 17% a 13% sujeitos com idades superiores a 40 anos de idade (composta por indivíduos que vão a terceira idade). Sendo assim, pode-se dizer que muitas crianças, jovens, pais e encarregados de educação tem vindo pedir por esmolas no mercado grossista do Zimpeto de modo a sustentar as suas necessidades. Assim sendo, podemos afirmar com o pensamento de Guerra (2012) ao constatar que muitas crianças, jovens, pais e encarregados de educação tem praticado a mendicidade na cidade de Maputo na tentativa de garantir a subsistência e alimentação diária.

Em contrapartida, Souza (2014) alega que nos centros urbanos é comum verificar pessoas que vão a terceira idade que não tem uma assistência diária dos seus familiares ou do governo a mendigar qualquer produtos que podem ajudar na sua alimentaria quotidiana garantindo assim o seu bem-estar. Essas pessoas são mais notarias em locais ondem há aglomerações populacionais como nos mercados, praças, paragens entre outros locais. Portanto, na sua maioria, são desempregados, deficientes, vulneráveis, deslocados, ou mesmo abandonadas.

Assim, podemos concluir que não existe uma faixa etária exata que possibilita apresentar a maior percentagem das pessoas que praticam a mendicidade a nível da cidade de Maputo. Porém, o que pode-se notar é que a maior parte dos entrevistados são compostas por crianças, jovens, adultos relativamente a pessoas que vão a terceira idade. Assim sendo, através da observação participante no campo da pesquisa, pode-se notar que essas pessoas que praticam a mendicidade independentemente de ser criança ou adulta, elas passam por verdadeiro drama, muitas delas sem afecto, apoio e acompanhamento dos familiares, assistência social, protecção social, alimentação diária, habitação condigna, ou inseridas em programas de assistência pública.

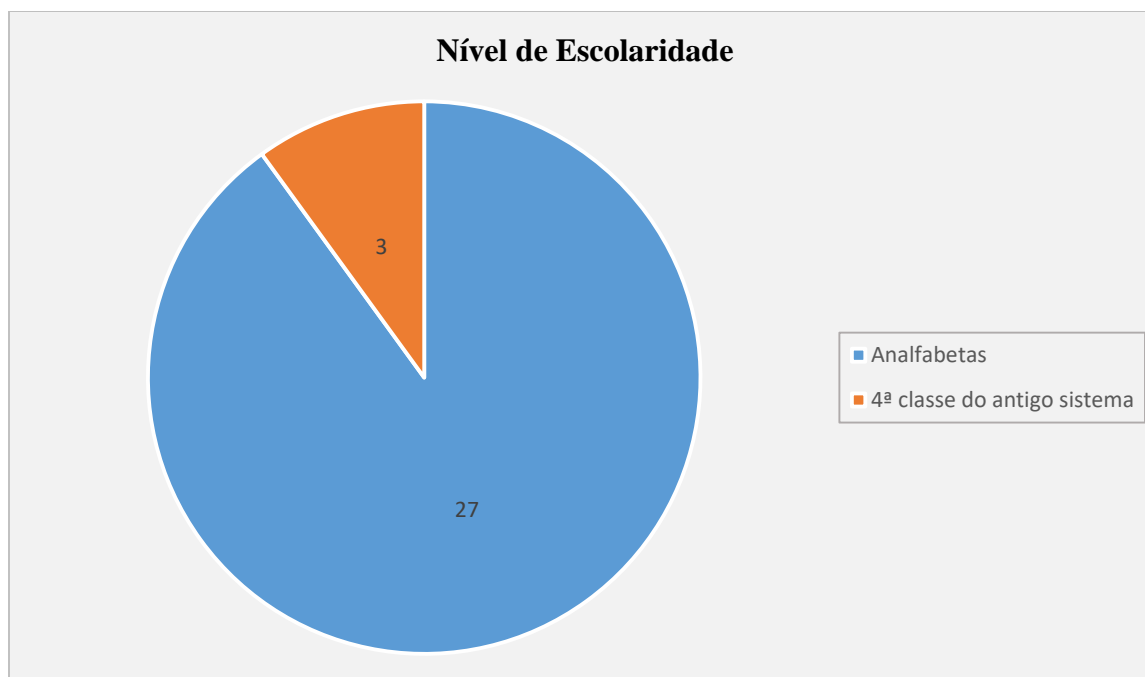
Tabela 2. Género dos Entrevistados

Sexo	Número dos entrevistados	Percentagem
Masculino	20	67 %
Feminino	10	33%
Total	30	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na tabela acima pode-se ver que fez-se uma leitura em relação ao sexo dos envolvidos de feminino e masculino, o que é notório nas percentagens do quadro acima, sendo 67% do sexo masculino e apenas 33% do sexo feminino, assim sendo, tudo indica que os informantes são na maior parte compostos por indivíduos do sexo masculino. Uma das razões residem ao facto de que estes indivíduos serem rapazes, homens e apresentarem-se no mercado grossista do Zimpeto em busca de mendigando esmolas na tentativa de sobrevivência. Dias (2010) argumenta que na sociedade moçambicana, em particular, o maior número de pessoas que mendigam esmolas nas ruas são compostas por rapazes e homens diferentemente de uma mulher que apresente um cuidado diferencialmente de um homem.

Gráfico 1. Nível de Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados acima ilustram o nível da escolaridade das pessoas entrevistadas que praticavam a mendicância no mercado grossista do Zimpeto. Assim sendo, 27 pessoas dos entrevistados são totalmente analfabetas e 3 pessoas tem a 4ª classe do antigo sistema. De frisar que, a maior percentagem dos entrevistados são analfabetas e a menor percentagem dos entrevistados correspondem ao nível básico podemos assim afirmar. Como um ponto de reflexão do nosso trabalho, podemos levantar a pergunta como: *Porque as pessoas analfabetas e pessoas com baixa escolaridade praticam a mendicância a nível da cidade de Maputo em especial no mercado grossista do Zimpeto?*

Logo, podemos comprovar categoricamente que esse grupo de indivíduos entrevistados deixaram de frequentar o ensino escolar nas suas juventudes ou mesmo não tiveram acesso a educação. Como consequência, não tiveram o acesso ao emprego condigno, a qualidade de vida satisfatória, acesso a serviços e bens materiais entre outros. A educação é uma componente essencial para o desenvolvimento humano, emancipação política, igualdade e fraternidade, justiça e participação social dos cidadãos, principalmente para as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade. A

educação permite com que as futuras gerações tenham o acesso a informação e meios para garantir uma igualdade directa e todos os cidadãos.

Diante dessa análise, podemos afirmar também que o nível da profissão está relacionada directamente com nível da educação. Hora vejamos, se todas pessoas entrevistadas são desempregadas, significa que existiram factores que influenciaram na ocorrência dessa questão social. Esses factores podem estar relacionados discrepâncias na distribuição equitativa do capital, acesso limitado a educação, a burocracia, deficit na renda, acumulação do capital, o enriquecimento de um grupo minoria, as desigualdades sociais e não intervenção do Estado em políticas sociais que segurem o bem-estar de todos os cidadãos.

Como consequência, as pessoas desempregadas passam por uma verdadeira miséria, fome, nudez, penúria, pobreza e a vulnerabilidade, permitindo assim com que muitas famílias, jovens, crianças, pais e encarregados de educação a mendigar por quaisquer benefícios que garantem a sua sobrevivência na sociedade capitalista onde Estado está preocupada proteger os seus interesses e classe burguesa. Entretanto, o desemprego constitui um problema sério a nível nacional especialmente na cidade Maputo. Várias famílias desempregadas encontram-se em situação do pauperismo, carência, necessidade e falta de bens que estabilizam o convívio social. Durante a observação feita no campo de pesquisa, notou-se que muitas delas necessitavam de uma intervenção imediata por parte das entidades governamentais e organizações da sociedade civil de modo a garantir uma inclusão social e participativa a todos.

Verificou-se também que no seio do grupo de pessoas que praticam a mendicância, há os que se acham mais mendigos que os outros e por isso precisam muito mais. Nesses grupos, encontramos os que os próprios mendigos rotulam de falsos mendigos. Fazem parte desse grupo geralmente os jovens com capacidade de trabalhar. A mendicância é um problema que faz parte do meio urbano. Contudo, acções concretas podem ser levadas a cabo para evitar ou reduzir a sua reprodução. A criação dum sistema de registo dos mendigos seria um primeiro passo, no meu entender. Em seguida, procurar compreender as razões concretas que levam esses indivíduos a praticar a mendicância (pobreza, abandono pelos/dos familiares, preguiça laboral, problemas mentais, desemprego, educação etc.) e por último identificar acções concretas que possam conduzir à redução da influência de cada um dos factores que levam à mendicância.

4.2. Factores que Influenciam a Prática da Mendicidade

São inúmeros factores que influenciam na prática da mendicidade a nível das sociedades, dentre elas, a pobreza, o desemprego, a falta de formação e educação, as questões ligadas a saúde mental, preguiça laboral, factores económicos, políticos, culturais, entre outros. A pobreza urbana, geralmente, tem sido acompanhada da crise rural, partindo do princípio de que a zona rural constitui a alavanca de crescimento industrial nas cidades. E, uma vez que, o crescimento industrial não consegue dar resposta ao elevado número de pessoas que abandonam o espaço rural, a procura de melhores condições de vida, acaba tornando-se um factor determinante para a formação de diferentes grupos da mendicidade (Fernandes, 2011).

Segundo Parque (2010, p. 44), a existência de diferentes grupos sociais que praticam actividades informais, incluindo a mendicidade, dentro do espaço urbano, é influenciada pelas desigualdades produzidas pela diferenciação e dificuldades de integração económica, social e política. O processo de migrações que pode originar questões associadas a pobreza urbana é a formação de grupos sociais específicos, a partir da partilha de um tipo de solidariedade social, fundada sobre uma comunidade de interesses.

Neste caso, os migrantes que não tiverem inserção no mercado económico e político de urbanização, procuram formas alternativas de sobrevivência, sendo a mendicidade uma evidência dessa estratégia. De um modo geral, podemos dizer que, a conjugação destes factores todos associados as oportunidades de vida, fazem com que se desenvolvam os diferentes grupos sociais da mendicidade dentro da sua estratégia de luta de sobrevivência (Parque, 2010).

Remete-se assim para o duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitem acesso aos direitos da cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem oportunidades ou meios de apoio, processos esses acionados em múltiplos momentos da vida humana, tais como instituições bancárias, escolarização, acesso ao emprego.

Pobreza é o estado de carência de recursos financeiros ou mesmo materiais para satisfazer as necessidades básicas de indivíduos. Na perspectiva de PARPA (200-2009), “pobreza é a incapacidade de alguns indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de

condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar”. Park, (1993) e Sen (1999), comungam da ideia de que a pobreza é uma forma de exclusão social, resultado da distribuição desigual dos bens essenciais para uma vida digna, que incluem os direitos sociais básicos, como saúde, educação, acesso a água potável / saneamento, segurança, liberdade, habitação, entre outros aspectos.

Os factores que influenciam a prática da mendicidade se apresentam da forma diversificada. Contudo, a maioria deles tem um carácter económico, social, cultural, e político como afirma Karl Marx (1985-1983) citado por Nogueira (2014), na ideia de que toda a sociedade se estrutura a partir do modo como os homens se organizam para produzir socialmente seus bens. Marx afirma no seu entender a mudança social é promovida acima de tudo por factores económicos, sociais, culturais e políticos, e que a sociedade deve ser entendida na totalidade.

Na mesma senda, o entrevistador perguntou as pessoas que pediam esmolas no mercado grossista do Zimpeto quais eram os factores que influenciavam nesse exercício. As respostas foram descrevidas em dados a seguir:

“O factor principal que leva-me a mendigar nesse mercado é devido a falta de necessidades básicas como alimentação e renda familiar” (senhor de 38 anos de idade residente no bairro do Zimpeto, 15/06/2023).

“Tenho sofrido devido a falta de necessidades básicas, não existe ninguém que me ajuda, todos os meus familiares estão distantes da cidade de Maputo. A pobreza faz parte de mim e da minha família, os meus filhos sempre reclamavam da falta de condições, como a alimentação, energia, água potável, renda, escola, e transportes. Alguma vez tentei procurar os líderes de bairro para ajudar-nos com essa desgraça, mas não tivemos sucessos, em nossa casa é normal agente dormir a fome por dois ou mais dias. Estou a mendigar não por mim, mais pelos meus filhos. É a única solução que ate agora temos sobrevivido com ela. Espero que um dia passe, caso não ficaremos pobres para sempre”.

No mesmo panorama de entrevista, o entrevistador perguntou uma pessoa idosa de necessidades educativas especiais acompanhada de uma criança de 14 anos de idade sobre os reais motivos e causas dessa pratica naquele mesmo mercado. As respostas foram descrevidas em dados a seguir:

“Sou deficiente, não consigo andar muito menos trabalhar, se andasse poderia trabalhar e ajudar os meus netos na alimentação, vestuário, educação, e habitação condigna” (senhor idoso de 59 anos de idade residente no bairro do Zimpeto, 15/06/2023).

“Passamos mal nas nossas casas, os meus netos não tem acesso a educação, a idade que tem já deveriam estar na escola, mas estamos aqui a mendigar pães, cebolas, pimentas, e quaisquer coisas que as pessoas tem para nos ajudar. Não temos dinheiro para comprar uma alimentação decente. Vivo com meus cinco netos, todos numa fase da juventude, quando acordamos, temos vindo ao mercado e busca de esmolas para não passarmos de fome. Ninguém nos apoia, nem o Estado, nem organizações, estamos sozinhos nessa vida. Rogo a Deus que um dia tudo isso passe”.

De acordo com Korenman (2001), o desemprego é vista como um problema grave que vem afetando tanto as camadas mais vulneráveis da sociedade. Pode-se afirmar que o desemprego representa a falta de oportunidade de trabalho e economia de um país em promover ocupação produtiva para todos aqueles que desejam. Assim, se um país existem deficit no emprego, pode possibilitar a emergência de outros factores como a pobreza e as práticas de mendicidade para os indivíduos que se encontram sem situação de dependência económica.

Ao exemplo disso, o entrevistador aos adolescentes que praticam essa actividade no mercado grossista do Zimpeto sobre os factores que as influenciavam nesse exercício. As respostas foram descrevidas em dados a seguir:

“Sou desempregado, não tenho como trabalhar porque deixei de estudar quando tinha 7 anos de idade” (Jovem adolescente de 22 anos de idade idoso, residente no bairro de Benfica, 15/06/2023).

“Não tenho como trabalhar pois não desfruto de nenhuma formação académica. A princípio tentei abrir meus negócios, todavia não tive sucesso. A vida tem sido dura nos últimos dias principalmente na cidade de Maputo. O desemprego em Moçambique tende aumentar a cada dia, e muitos jovens se aproximam para mendigar esmolas ou doações aqui no mercado. Tanto eles quanto eu acreditamos que fazendo essa actividade, podemos conseguir sustentar os nossos pais e as nossas irmãs, pois eles também estão desempregados. Se tivesse uma formação ou emprego quem sabe as coisas poderiam melhorar para mim e minha família”.

De acordo com Silva (2009) o abandono familiar é assim um problema social e apresenta um dos factores na pratica da mendicidade a nível das sociedades, pois todos os dias encontram-se inúmeros casos que vão desde recém-nascidos abandonados nos lixões das ruas até adolescentes e pessoas idosas que são retirados do ambiente familiar pelos órgãos de proteção, por motivos como a negligencia familiar, a violência doméstica, destacando os abusos físicos e sexuais que acometem essas crianças e adolescentes (Silva, 2009).

A par disso, o entrevistador algumas crianças e pessoas idosas crianças que praticam essa actividade no mercado grossista do Zimpeto sobre as causas que as influenciavam nesse exercício. As respostas foram descrevidas em dados a seguir:

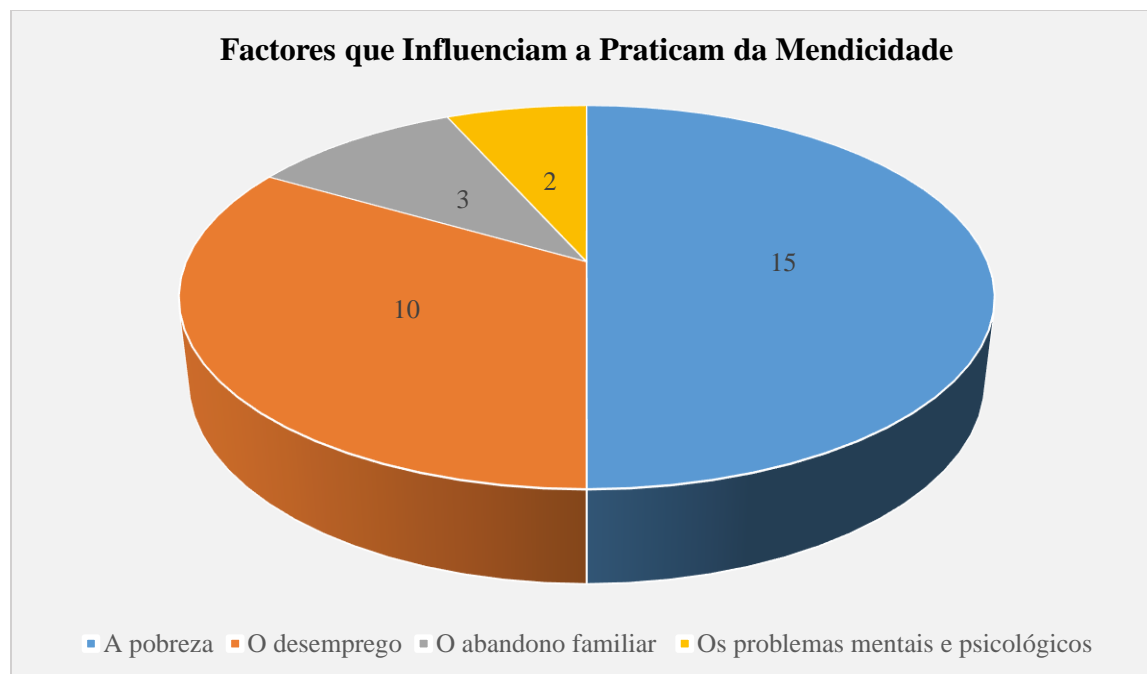
“Fui abandona pelos meus famílias, os líderes do bairro me levaram para lar Hlayiseka, mas não gostei de viver naquele lar, decidi sair e vir mendigar no mercado porque ganho dinheiro todos o dias. Meus amigos que vivem no lar também vem no mercado porque conseguimos ter esmolas e ajuda dos vendedores informais” (Criança de 12 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, 15/06/2023).

“A minha família abandonou-me porque achavam que sou inútil, não tenho onde ir, vivo e durmo aqui nas bancas do mercado. De dia mendigo pão, arroz, feijão, água e outros produtos para conseguir me alimentar. Não tenho onde ir. O conselho Municipal já sabem do meu caso mas não fazem nada, Apenas sou negligenciado pelas autoridades e pelos munícipes” (Pessoa idosa de 60 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, 15/06/2023).

Matos (2012), acredita também que os problemas mentais e psicológicos influenciam na prática de mendicidade na cidade de Maputo. Assim, na medida em que uma pessoa apresenta distúrbios mentais como a demência, desassossegos, perturbação geralmente fica vulnerável a qualquer abandono ou negligência familiar. Entretanto, o entrevistador questionou uma rapariga que acompanhava uma senhora sobre as possíveis causas de mendigar no mercado. E a resposta foi o seguinte:

“A minha mãe sofre de problemas mentais, meu pai nos abandonou quando ela começou a apresentar essas dificuldades. Do momento moro com meus avos, e mendigamos qualquer por arroz, sabão, couve, sapatos usados, feijão, ou qualquer outro produto que pode ajudar-nos na alimentação diária. (Mãe de 44 anos e filha de 17 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, 15/06/2023).

Gráfico 2 Factores que Influenciam a Praticam da Mendicidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O gráfico acima apresenta os factores que influenciam a prática da mendicidade a nível da cidade de Maputo em especial no mercado grossista do Zimpeto. Assim sendo, os dados indicam que quinze (15) pessoas das entrevistadas consideram a pobreza que manifesta-se por a falta de alimentação, renda, água potável, a moradia, o saneamento, a educação, a energia, o transporte, como a principal causa que influenciam a prática da mendicidade. Cinco (10) pessoas das entrevistadas apontam o desemprego que manifesta-se por falta de acesso e bens de serviços, oportunidades de fazer parte de uma actividade produtiva como o principal factor que influenciam a prática da mendicidade.

Três (3) dos entrevistados acreditam que o abandono familiar que caracteriza-se por negligências, descuidados e afastamento familiar como a principal agente que influenciam nesse exercício e dois (2) dos entrevistados salientam que os problemas ligadas a saúde física, mental, emocional e psicológica como uma das inibidoras da pratica da mendicidade a nível da cidade de Maputo em especial no mercado grossista do Zimpeto. Entretanto, credencia-se que esses factores de certa forma põem em risco a vida de todos os cidadãos quando são negligenciados por parte das entidades que zelam por esta causa.

4.3. Estratégias Individuais de Sobrevivência de Mendigos na Cidade de Maputo

De acordo com Dava (2017), na área urbana de cidade de Maputo, tem aumentado o número de mendigos e de “informais” em quase todos os principais focos de aglomeração de pessoas de rendimento médio ou alto, com particular destaque para os que se localizam em locais de concentração de actividade comercial e de afluência de turistas estrangeiros. Cruzamentos e semáforos, onde as viaturas e pessoas são obrigadas a parar, são locais prediletos para pedintes e vendedores. Essa questão não é novo, mas novos são a intensidade e as formas peculiares que nos últimos tempos têm sido usadas nestas actividades.

As estratégias são realmente impressionantes do ponto de vista de criatividade; mas são chocantes na óptica da ética e decência humana, focando-se no apelo à sensibilidade, compaixão humana e empatia para o alcance dos seus objectivos. Os exemplos mais comuns das novas práticas de mendigos são:

- Mulheres (jovens e idosas) usam bebés ou crianças (que nem sempre são seus filhos) para apelarem à sensibilidade das pessoas e com isso, obterem preferencialmente apoio financeiro; algumas pessoas encenam doenças, ferimentos, deficiências ou outras formas de vitimização (por exemplo, envolvendo partes do seu corpo com ligaduras), “provando”, assim, que não podem gerar o seu próprio rendimento por outra forma que não seja a esmola. Alguns indivíduos simulam que têm uma doença muito grave, mas não têm dinheiro para tratamento pelo que precisam de apoio;
- Em muitas esquinas e semáforos, o principal “negócio” é “chocar” as pessoas com deficiências (de nascença ou criadas por acidentes) para atrair a sua simpatia e, por consequência, uma dádiva em dinheiro. Num certo sentido, nestes casos ser portador de deficiência tornou-se numa vantagem pois é uma via através da qual mendigos conseguem atrair algum rendimento (Dava, 2017).

O mesmo acontece com a idade, ser pessoa idosa ou ser criança ficou uma “oportunidade” para apelar à simpatia e obter uma esmola. Há crianças que circulam pela cidade dizendo que foram assaltadas e perderam os livros escolares, o lanche e o dinheiro do “chapa”. Nos períodos das matrículas escolares, os cruzamentos com semáforos enchem-se de crianças pedindo dinheiro para as matrículas, livros e fardamento escolar. Em alguns cruzamentos, ao fim do dia, há concentrações

de pessoas idosas que pedem esmolas para as suas “causas” específicas: a refeição da noite, o transporte de regresso a casa ou a visita ao hospital. Ao exemplo disso, o pesquisador questionou porque usavam essas estratégias para poder mendigar ou solicitar esmolas no mercado grossista do Zimpeto. As respostas foram descrevidas em dados a seguir:

“Se o mundo está em mudança nós também temos que usar estratégias de como sobreviver” (Senhor de 40 anos de idades, residente no bairro de Benfica, 15/06/2023).

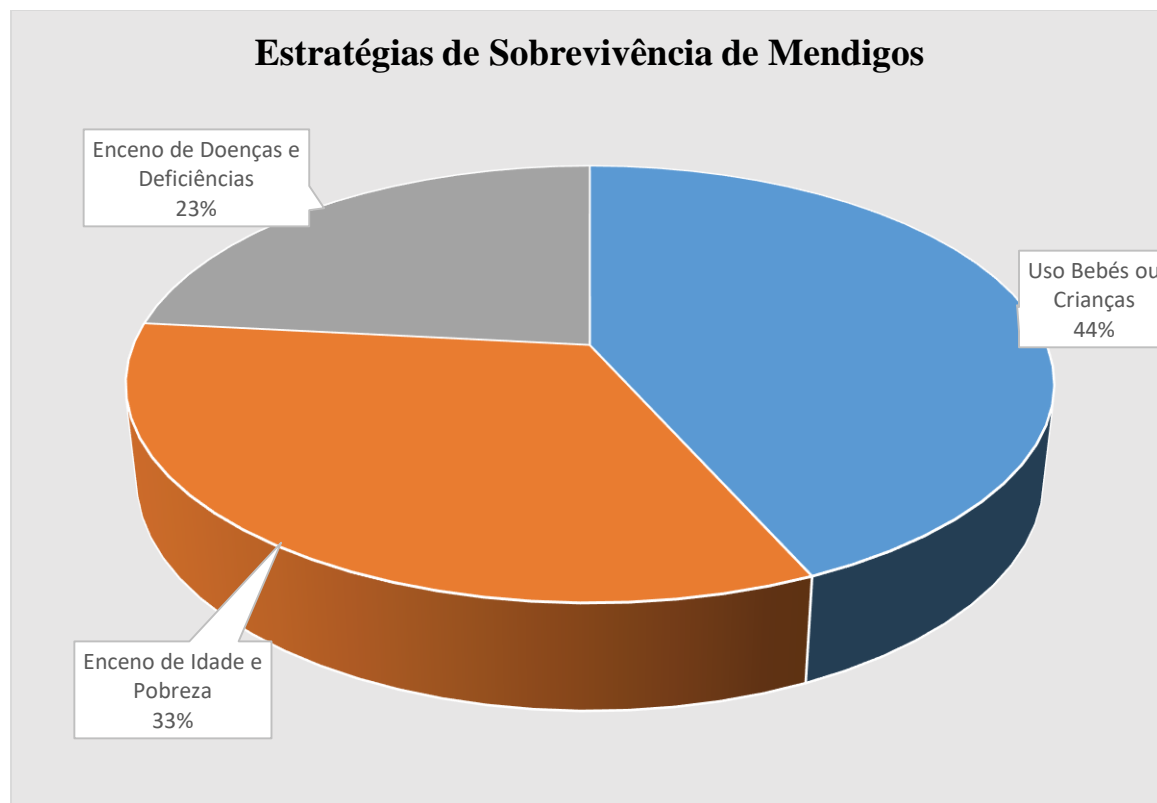
“Eu em particular não venho sozinho no mercado, tenho levado as minhas duas filhas, uma a coloco no peito e a outra caminha comigo. Quando as pessoas verem as minhas filhas, elas ajudam, mas se estiver sozinho não ganho nada. É uma forma nova de mendigar, muitos optam em ser deficientes, ou por estar perdido e não ter dinheiro de chapa. Mas eu prefiro usar as minhas filhas porque as pessoas não doam em mim, mas nelas”.

“Não gosto muito falar disso, mas as circunstâncias nos obrigam a adoptar outros métodos de sobrevivência” (Senhora de 37 anos de idade idoso, residente no bairro do Zimpeto, 15/06/2023).

“Antigamente fingia de ser doente mental e psicológica, levava meus três filhos para a baixa da cidade de Maputo de modo a pedir esmolas. Mas eles já cresceram. Agora venho com a minha sobrinha de 3 meses, levo-a e a ponho no colo. Quando as pessoas veem a minha situação, não hesitam em ajudar com qualquer coisa ou produto de alimentação. É uma das formas mais justas e simples de ganhar a vida”.

De acordo com Dava (2017), algumas pessoas fixam-se em paragens de autocarros ou nas suas proximidades simulando não terem o montante em dinheiro para transporte até um local distante. Pedem selectivamente a pessoas que pareçam ingénuas e com meios para lhes darem o dinheiro em falta. Todavia, quando conseguem o dinheiro “em falta” continuam a pedir ao maior número possível de pessoas. Outras pessoas pedem dinheiro argumentando que lhes faltam apenas 2, 5 ou 10 meticais para tirar fotocópias ou autenticar um documento importante, geralmente para conseguir emprego. Recentemente, aparecem indivíduos que dizem ter perdido tudo por causa da violência xenófoba na África do Sul. Por isso, precisam de apoio (de preferência algum dinheiro) para recomeçar a sua vida (Dava, 2017).

Gráfico 3. Estratégias de Sobrevivência de Mendigos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O gráfico acima apresenta as estratégias de sobrevivência de mendigos no mercado grossista do Zimpeto. Assim sendo, os dados indicam que 44% dos entrevistados correspondem a 13 (treze) pessoas optam em uso de bebês ou crianças para poder mendigar no mercado do Zimpeto. 33% dos entrevistados correspondem a 10 (dez) pessoas encenam a idade e pobreza como uma das estratégias na prática da mendicidade e 23% dos entrevistados correspondem a 7 pessoas fingem-se de doentes físicos e mental para poder mendigar no mercado grossista do Zimpeto.

No entanto, essas possibilidades e estratégias utilizadas pelos indivíduos que demonstram-se necessitados e carenciados para poder tirar proveito e rendimentos em locais estratégicos como nos mercados, praças, e paragens a nível da cidade de Maputo constitui um problema que necessita da intervenção do Estado junto das organizações não-governamentais, pois, vários indivíduos utilizam crianças e raparigas, que de certa forma põem em risco as suas vidas nesses locais perigosos.

Os dados acima permite-nos analisar e demonstram haver grande engenhosidade na procura de soluções de sobrevivência individual de curto prazo. Estas estratégias e engenhosidade reflecte-se não só no leque variado e evolutivo de opções, mas também na adequação dessas opções aos acontecimentos e condições sociais de momento (por exemplo, em relação com a xenofobia na África do Sul ou com o período das matrículas) e às condições sociais dos grupos alvo dos pedintes e aos momentos do dia (por exemplo, muitas das acções descritas ocorrem nas zonas mais abastadas da cidade com enfoque nos períodos críticos do dia).

Por outro lado, estes exemplos revelam pouca capacidade ou interesse, tanto das instituições públicas e sociais como dos próprios mendigos, de encontrarem soluções reais e duradouras para a eliminação da condição e necessidade de pedinte e, conseqüentemente para a redução da pobreza. De facto, embora talentosas, as formas de sobrevivência usadas incorporam o potencial para perpetuar a pobreza. Inconscientemente, as estratégias usadas geram dependência permanente para as pessoas que as executam e seus familiares, dado que a engenhosidade é quase exclusivamente focada na procura de rendas sem envolver nenhum nível de engajamento com qualquer processo produtivo reproduzível e sustentável.

O envolvimento de crianças como móbil da estratégia e outras como agentes coadjuvantes das acções fazem com que tais crianças abandonem a escola ou não consigam entender o poder que educação de qualidade pode ter nas suas vidas futuras. Pessoas de meia-idade ou portadores de deficiência já não vêm utilidade em procurar formação ou emprego porque ser mendigo é, aparentemente, mais compensador, portanto mais realista. Dada a ausência de soluções públicas e sociais credíveis, abrangentes e eficazes, e dadas as dinâmicas económicas e sociais que envolvem maior concentração da riqueza e maior desigualdade social e económica, muitos pedintes não têm outra opção senão continuarem pedindo esmola

Também observou-se no mercado grossista do Zimpeto que muitos jovens vendedores informais, de frutas a obras artística, de giros de telemóvel a sobressalentes de viaturas, de DVDs e CDs pirateados e falseados, todos pedem que se lhes comprem os produtos por compaixão ou, alternativamente e também por compaixão, se lhes dê uma esmola porque a sua actividade comercial não lhes rende o suficiente para uma refeição por dia. Esta questão social é extensiva ao enorme exército de jovens guardas e lavadores de carros, entre outras actividades que, na cidade de Maputo, já começam a absorver jovens com o ensino secundário completo.

4.4. Consequências da Prática de Mendicidade

De acordo com Guerra (2014, p. 45), as práticas da mendicidade traz consigo enormes consequências desde o nível que as pessoas se inserem na rua ou nos locais de aglomeração. Para as crianças que são usadas pelos adultos afecta o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos permitindo com que a criança abandone a escola e a convivência social com outras crianças. Para pessoas adultas, provoca nocividades de carácter corporal, psicológico, decente, colectiva e racionais das mesmas. No aspecto físico, ocorrerá em maior escala naquelas que exercem a longas caminhadas em diferentes locais, exposição a riscos nos lugares de aglomerações e para as crianças podem vir a sofrer inúmeras lesões, doenças e até mesmo deformidades físicas, como nos casos em que as mesmas são obrigadas a andar com pessoas adultas.

No entanto, o entrevistador questionou as crianças acompanhadas pelos adultos sobre os efeitos dessas práticas no mercado grossista do Zimpeto? A resposta da entrevista foi a seguinte!

“Na verdade eu não tenho escolha, o que queria é estudar e passar o tempo com as minhas amigas” (Rapariga de 14 anos de idade, residente no barro do Zimpeto, Quarteirão nº 50, 18/06/2023).

“Gostaria de ir para a escola e brincar com as minhas amigas, mas os meus pais não tem dinheiro para poder me matricular. Mesmo se matriculassem. Eu não teria tempo de poder estudar devido este trabalho. Sempre estou no mercado com eles a pedir dinheiro e alimentos para conseguirmos ter uma alimentação ou uma vida satisfatória”.

“Gostaria de ir para a escola, mais tenho que acompanhar o meu avo para poder pedir alguma coisa no mercado” (Adolescente de 18 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, Quarteirão nº 78, 17/06/2023).

“O trabalho que faço me deixa mal nas noites pois nós andamos bastante no mercado. Algumas vezes fico cansado de puxar carrinha do meu avo. A idade que tenho já deveria ter estado na escola a estudar. Meus pais faleceram, meus irmãos viajaram para a Província de Gaza, vivo com meus avôs e duas irmãs. Tenho que me esforçar puxando a carinha todos os dias para puder implorar alguma coisa ao contrário passaremos mal de fome e também na renda teremos dificuldades”.

De acordo com Guerra (2014), esta prática, para além de prejudicar as pessoas que se encontram sem situação de vulnerabilidade e pobreza ao engrenar nas ruas e nos mercados. Pode causar diminuição da mobilidade, lesões físicas ou alterações comportamentais, acarretando distúrbios psicológicos, como sejam: stress, crenças erróneas, confusão mental, estado depressivo, ansiedade, fobias ou estados de pânico, uma baixa auto-estima, decréscimo da confiança e diminui a dignidade individual.

Por andar demasiadamente a mendigar e pedir esmolas, pode provocar sentimentos de revolta e frustração quando estes não encontram resultados e rendimentos satisfatórios, distúrbios cognitivos, alterações de comportamento e distúrbios na personalidade dos mesmos. Num contexto em que não existem rendimentos financeiros a pessoa comporta a várias consequências materiais e simbólicas como a fragilidade baixa, dependência física e financeira, insegurança, mau estar e debilidade, fragilidade na saúde e qualidade na alimentação, maior risco de doenças infecciosas, exposição de doenças no locais onde há maior predominância de resíduos contagiosos como a lixeira nos mercados, águas estagnadas entre outros. Para pessoas que não conseguem se defender são violados com malfeitores até furtados os seus bens (Guerra, 2014).

Perante o pensamento do autor, entrevistou-se as pessoas que faziam parte da amostra. O entrevistador questionou o seguinte. Quais eram as implicações de praticar a actividade no mercado grossista de Zimpeto? A resposta da entrevista foi a seguinte!

“Por vezes apanhamos doenças devido as lixeiras, mas não temos como recuar, é a vida que temos” (Senhora de 33 anos de idade, residente no bairro de Benfica, Quarteirão nº 20, 18/06/2023).

“Antigamente trabalhava na baixa da cidade de Maputo, mais com o tempo preferi vir aqui. Nesse mercado existem muitos criminosos e malfeitores. Uma vez fui assaltada com três malfeitores e quase me violaram sexualmente. É um cenário muito péssimo que ninguém gostaria de passar. Também agente fica expostos a doenças devido tanta lixeira que tem no mercado ”.

“Temos conhecimento das consequências, mas mendigar é a única solução. Diariamente estamos sujeitos a violações, discriminação, doenças, lesões físicas ou alterações comportamentais por andar demasiadamente, distúrbios psicológicos como estresse de não termos como sobreviver”. (Senhor de 37 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, Quarteirão nº 28, 18/06/2023).

4.5. Estratégias Levadas à Cabo pelo Assistente Social no Âmbito da Prevenção e Mitigação das Práticas de Mendicidade

A linha de mendicidade é uma moeda de duas faces: muito alta pode ser *avassaladora*, mas muito baixa, pode ser desastrosa para a dignidade e segurança humana. Todavia, o mais relevante quanto à mendicidade em Moçambique não é tanto a fraca consciência da sua gravidade, mas o facto de a maioria dos fazedores de políticas não a relacionarem com quase nada em concreto, ao nível das políticas públicas. Habitualmente, a mendicidade é atribuída à falta de iniciativa, criatividade, espírito empreendedor e engenhosidade dos pobres por estes não saberem usar os recursos e outras condições disponíveis em seu benefício (Dava, 2017).

Entretanto, na cidade de Maputo em especial no mercado grossista de Zimpeto compete o Assistente Social trabalhar no âmbito da prevenção e mitigação das práticas de mendicidade bem como e precaver os riscos e situações da família em situação de pobreza até a sociedade onde o usuário está inserido. Identificar os problemas, os dilemas, as dificuldades, os obstáculos e as barreiras que as pessoas em situação da mendicidade enfrentam em suas famílias e nas interações sociais. Promover a adaptação e integração entre as pessoas em situação de carência económica e social nos bairros onde há maior predominância dessas práticas em especial no mercado grossista de Zimpeto.

Acompanhar grupos especialmente vulneráveis (crianças, jovens, adultos e pessoas idosas) envolvidas nas piores práticas da mendicidade, analisar e diagnosticar problemas ligadas a distúrbios, dificuldades mentais, motoras ou com problemas graves de saúde na sociedade. elaborar planos de investimento no desenvolvimento pessoal e social, profissional, académico e cultura de todas pessoas carenciadas que de certa forma estão envolvidas na mendicidade.

É a função do Assistente Social consciencializar as comunidades e famílias carenciadas sobre as consequências de usar crianças para mendigar em locais de aglomerações e perigosos a todos os níveis e sobre a importância de investir na educação das crianças, como um elemento importante na redução e eventual eliminação da mendicidade. Portanto, nesse eixo executou-se as seguintes linhas de intervenções: Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação sobre o combate as práticas de mendicidade que privilegie a comunicação em línguas locais e imagens

ilustrativas, dar assistências a famílias na renda, alimentação de modo que não priorize a mendicidade como forma de sobrevivência.

Francisco (2012, p. 23) conceitua a protecção social como sendo as formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas, que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Um dos subsistemas da protecção social em Moçambique é a Segurança Social Básica (SSB) que abrange os cidadãos nacionais incapacitados para o trabalho, sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas, nomeadamente: a) pessoas em situação de pobreza absoluta; b) crianças em situação difícil; c) pessoas idosas em situação de pobreza absoluta; pessoas portadoras de deficiência, em situação de pobreza absoluta; e) pessoas com doenças crónicas e degenerativas (Artigo 7 da Lei nº4/2007).

Porém, a existência da lei em descrição não basta, é necessária que o Assistente Social junto com as organizações do Estado criem canais apropriados e flexíveis que permitem todos cidadãos em especial aqueles que se encontram em situação de mendicidade e pobreza seja incluídas e abrangidas nos programas de subsidio social básica, subsidio de alimentação, apoio escolar para crianças, assistência médica para doentes e deficientes e subsídio de desenvolvimento comunitário para jovens e adolescentes. Ao facto disso, o pesquisador entrevistou as pessoas que praticam a mendicidade se beneficiavam desses programas e, as respostas foram consensuais, conforme descrevem os dados a seguir:

“O Instituto Nacional de Acção Social não ajuda em nada nas nossas vidas” (Senhor de 46 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, Quarteirão nº 23, 18/06/2023).

“A Acção Social não tem nós apoiado. Uma vez vieram em nossas cassas, levaram nomes das minhas filhas, e prometeram-nos ajudar, desde la até hoje não vejo nada. Já passa um ano e tudo continua a piorando”.

“No começo recebíamos um quite de alimentação, desde la, não recebemos nenhum quite ou dinheiro mensal. Estamos a pedir socorro porque já não aguentamos” (senhora idosa de 60 anos de idade, residente no bairro do Zimpeto, 18/06/2023).

“Quando chega o mês de aulas nossas crianças passam mal por falta de dinheiro de matrículas e materiais escolares. A outra questão está ligada na assistência médica, as vezes passamos mal por falta de cuidados de hospitalares em momentos de crise mental e física. Nossos filhos não tem

emprego, ouvi falar que o INAS ajuda os jovens que tem possibilidade de trabalhar, mas na realidade não é isso que está acontecendo em nossas comunidades. Rogo a Deus que isso tudo não passa de uma história”.

Segundo Romano e Antunes (2002), o Assistente Social deve viabilizar o empoderamento para as pessoas que se encontram em situação de mendicidade e pobreza de modo a ultrapassar as suas dificuldades. O empoderamento coloca o poder nas pessoas em processo de desenvolvimento; um método pelo qual as pessoas e as famílias assumem o controlo de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. O empoderamento é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Trata-se de empoderamento que possibilitaria os sujeitos alcançar o nível de autonomia necessário para sua participação nos processos decisórios.

Entretanto, para as pessoas que praticam essas actividades no mercado grossista do Zimpeto é preciso fazer um empoderamento psicológico conforme Lisboa (2008) salienta que inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; decorre da consciência individual de força” (Lisboa, 2008). Durante as observações feitas entre o pesquisador e o grupo-alvo no local da pesquisa, constatou-se que muitos tem a preguiça mental e psicológica de trabalhar e criar empregos para o seu próprio sustento. É o papel do Assistente Social despertar a consciência de empreendedorismos, criação de negócios que podem ajudar em suas vidas, formação e capacitação em temas relativos a sustentabilidade e autonomia na renda, desenvolvimento comunitário e gestão financeira.

Também, é necessário que o Assistente Social difunda informações sobre o processo da garantia de direitos sociais a todos os cidadãos através de programas de sensibilização e conscientização. Mostrar aos indivíduos a respeito do processo pelo qual são tomadas as decisões, o poder de acção e de ter voz, o poder de fazer parte ativamente numa economia de um país, mas, principalmente no processo de emancipação e cidadania. De acordo com Antunes (2002), o Assistente Social tem a função de trabalhar em coordenação com as organizações não-governamentais na integração das pessoas em situação de mendicidade no sector do trabalho, tendo em vista que muitas delas sofrem discriminação e falta de necessidades básicas devido a sua situação económica, em relação ao desemprego, desocupação, e situação da renda.

Tabela 3. Estratégias Levadas a Cabo Pelo Assistente Social

Estratégias Levadas a Cabo Pelo Assistente Social	
1ª Fase	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar os problemas, as dificuldades, e as barreiras que as pessoas em situação da mendicidade enfrentam em suas famílias.2. Promover a adaptação e integração entre as pessoas em situação de carência económica e social.3. Fazer acompanhamento a grupos especialmente vulneráveis (crianças, jovens, adultos e pessoas idosas) envolvidas nas piores práticas da mendicidade nos programas de segurança social básica.
2ª Fase	<ol style="list-style-type: none">1. Empoderar as pessoas que se encontram em situação de mendicidade e pobreza de modo a ultrapassar as suas dificuldades.2. Despertar a consciência de empreendedorismos, criação de negócios que podem ajudar o auto sustento.3. Incentivar as famílias em situação de mendicidade a assumirem o controlo de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir na sociedade,
3ª Fase	<ol style="list-style-type: none">1. Difundir informações sobre o processo da garantia de direitos sociais a todos os cidadãos através de programas de sensibilização e conscientização.2. Disseminar às pessoas em situação de mendicidade sobre a necessidade de ter voz, liberdade de expressão, garantia da cidadania e emancipação humana.3. Incumbir nas mentes de indivíduos a sobre a luta pelos seus direitos sociais, políticos, económicos, culturais, justiça social e paz universal

Fonte: Elaboração própria 2023

4.6. Implementação do Plano de Intervenção

Nesta presente secção, são apresentadas as actividades desenvolvidas pelo pesquisador no campo da pesquisa, isto é, no mercado grossista do Zimpeto. Durante a intervenção do pesquisador distaram-se tais actividades: Reunião com as Estruturas Autoritárias do Mercado Grossista do Zimpeto, capacitação das estruturas Municipais em Matérias Ligadas a Democracia e Direitos Humanos e sensibilizar as estruturas Municipais do MGZ a Respeito da Mendicidade Decorrente no seu Meio.

A primeira actividade decorreu no dia 15/06/2023 onde tinha como como objectivo: ilustrar os direitos das pessoas em situação de mendicidade do mercado grossista do Zimpeto; atender as pessoas que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade, identificar os desafios e as dificuldades por eles enfrentados no seu dia-a-dia e mostrar os programas de protecção social para possível integração no sistema de segurança social básica. Durante a materialização da actividade chefe da estrutura do mercado alegou o seguinte:

“Todas a organizações da sociedade civil são chamados a desafiar essas atrocidades que acontecem no mercado. Nós como estruturas do bairro estamos apoquentados em manter a paz e segurança a todos os cidadãos. O número de mendigos aumenta a cada dia, e isto deixa-nos preocupados. Todos jovens, crianças, pessoas idosas, pais e encarregados de educação que se encontram em situação de necessidade ou carência são vítimas dessas práticas na cidade de Maputo. Nos como membros do Estado e junto das organizações da sociedade civil estamos pronto para responder os problemas que afectam a essa camada mais vulneráveis na cidade de Maputo em especial no mercado de Zimpeto”.
15/06/2023/Mercado do Zimpeto.

A segunda actividade consistia em capacitação das estruturas municipais em matérias ligadas a democracia e direitos humanos, a mesma actividade tinha objectivo: permitir maior conhecimento dos direitos humanos e uma sociedade mais inclusiva, fazer conhecer os direitos sociais a todos os indivíduos que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade e expandir as informações reactivas a cidadania e emancipação humana.

A actividade decorreu no dia 17/06/2023 no mercado grossista do Zimpeto, contou com a presença da Directora dos Serviços Distritais do Género Criança e Acção Social de Kamubukwane, Lideres

do bairro do Zimpeto e as estruturas do mercado. Durante a materialização da actividade, os Líderes apresentaram um plano de intervenção para a melhoria na reintegração das pessoas que praticavam a mendicidade no mercado e a mesma foi aprovada pela direcção dos SDGCAS de Kamubukwane. Na mesma secção de actividade, o Chefe representante da estrutura do bairro alegou o seguinte:

“As pessoas que praticam a mendicidade no mercado devem ganhar uma autonomia própria no âmbito social, político e económico de modo a ultrapassar os seus desafios quotidianos, devem ter a possibilidade de criar negócios, empreendedorismos e feiras de actividades lucrativas. Nos como funcionários que garantimos a segurança no mercado estamos prontos e preparados para apoiar no caso de abertura de negócios e empregos, também em problemas psicológicas, sociais, financeiros, alimentares, educacionais, entre outros. Todos somos chamados a esse desafio de modo a ultrapassar as dificuldades diárias. Mendigar não é solução, mas sim um ciclo de vida, se queremos quebrar nessa barreira é preciso olharmos noutras perspetivas empreendedoras” 15/06/2023/Mercado do Zimpeto.

A terceira actividade decorreu no dia 18/06/2023, a mesma consistia em sensibilizar as estruturas Municipais do mercado grossista do Zimpeto a respeito da Mendicidade decorrente no seu meio, a mesma actividade tinha objectivo: difundir as informações necessárias sobre os direitos legais que as pessoas tem na família; analisar as condições de vida que elas tem na sua família para o posterior elaborar uma entrevista, e estudo social e caso reunissem os critérios de elegibilidade, surgir-se-ia a integração nos diferentes programas de segurança social básica. Na mesma secção, uma senhora em situação de mendicidade alegou o seguinte:

“Agradecemos pelas campanhas, mas isso não é suficiente, é preciso que estado junto com as organizações trabalhe em prol das necessidades das pessoas em situação de pobreza e mendicidade de modo a garantir renda, alimentação, educação, habitação, água, saneamento e outras necessidades, eu como mendiga não preciso de palavras, mais sim acção do Governo” 18/06/2023/Mercado do Zimpeto.

A demais, outras campanhas foram efectuadas no bairro do Zimpeto A, e Benfica. De salientar que esse procedimento de pesquisa, foi autorizado pela Conselho Municipal de Maputo depois de ser submetido a carta e credencial de pedido de recolha de dados.

4.7. Recomendações e Propostas de Melhorias

Partindo do pressuposto que a intervenção do Assistente Social mediante a prática da mendicidade necessita de uma percepção e análise sistemática a nível das famílias e indivíduos que se encontram em situação de carência e dependência económica. Todavia, compete que o Estado em coordenação as com entidades não-governamentais trabalhar em prol da implementação de programas e estratégias direccionadas a indivíduos e famílias que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade de modo a não engrenar nas práticas da mendicidade a nível da cidade de Maputo.

À nível da cidade de Maputo recomenda-se uma maior abertura de programas de protecção social a famílias que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade. Maior atenção nas questões sociais em especial a desestruturação familiar e uso de crianças como mecanismos de mendigar e tirar benefícios nas comunidades. Aconselha-se que o Estado junto das organizações não-governamentais a realizar sessões de treinamento com destaque para líderes comunitários, professores, centros da saúde, polícias municipais e de trânsito, que lidam com assuntos da criança a nível da cidade de Maputo. Para os líderes do bairro do Zimpeto e os conselhos municipais do mercado grossista de Zimpeto recomenda-se:

- Realizar campanhas de sensibilização nas comunidades utilizando diferentes meios de entre os quais workshops, seminários, campanha do Cartão Vermelho sobre a prática da mendicidade no mercado do Zimpeto.
- Sensibilizar o sector privado a afixar placas e distribuir panfletos nos estabelecimentos, que versam o combate as piores formas do trabalho infantil;
- Assegurar a aprendizagem e protecção das crianças usadas pelos seus familiares de modo a garantir a inclusão de todas no Sistema Nacional de Educação;
- Incentivar as famílias a investir mais na educação de seus filhos para que as crianças permaneçam na escola até que atinjam a idade legal para o trabalho;
- Incentivar as famílias na abertura de negócios e planos de empreendedorismos de modo a não depender das esmolas.
- Prestar assistência à todas pessoas idosas e com necessidades educativas especiais envolvidas na prática da mendicidade a nível do mercado grossista do Zimpeto.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

No presente trabalho buscamos analisar o papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicidade na cidade de Maputo: estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto no período de 2019 à 2022. Todavia, durante o processo da elaboração do trabalho, verificamos que o Assistente Social tem um papel crucial na reintegração das pessoas em situação de mendicidade em programas de protecção social, garantindo assim, o gozo pleno da cidadania, emancipação política e direitos sociais através do acesso à serviços e qualidade de vida satisfatória, a liberdade e paz universal à todos indivíduos afectados pela essa problemática.

Durante a elaboração do trabalho, materializamos o objectivo de identificar os factores e as causas que contribuem na prática da mendicidade em Moçambique. Esses factores estão totalmente ligadas à pobreza urbana que manifesta-se por falta de renda, alimentação, habitação, educação, saneamento, água potável. Um outro factor que influencia essa prática é o desemprego, a falta de oportunidade de trabalho, a divisão de classes, e acumulação da riqueza. Assim, o abandono familiar, os problemas mentais, as questões sociais, políticas, económicas, ideológicas e culturais foram também apontadas como uma das causas dessa prática na cidade de Maputo.

Concretizamos também o objectivo de caracterizar as consequências e os efeitos da prática da mendicidade na cidade de Maputo. Assim sendo, as consequências dessa prática para as crianças que são usadas por adultos, afecta o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos, permitindo com que a criança abandone a escola e a convivência social com outras crianças. Para pessoas adultas, provoca nocividades de carácter corporal, psicológico, decente, colectiva e racionais das mesmas. No aspecto físico, ocorre em maior escala naquelas que fazem longas caminhadas em diferentes locais, exposição à riscos nos lugares de aglomerações e para as crianças podem vir a sofrer inúmeras lesões, doenças e até mesmo deformações físicas, como nos casos em que as mesmas são obrigadas a andar com pessoas adultas.

Realizamos o objectivo de apresentar mecanismos e estratégias que assegurem as pessoas em situação de mendicidade no mercado grossista do Zimpeto. Essas estratégias estão ligadas à intervenção do Assistência Social, mediante essa problemática. Portanto, o Assistente Social munido de competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo visa prever e

mitigar as práticas da mendicidade bem como identificar os problemas, os dilemas, as dificuldades, os obstáculos e as barreiras que as pessoas em situação de mendicidade enfrentam em suas famílias e nas suas interações sociais. Promovemos a adaptação e integração entre as pessoas em situação de carência económica e social nos bairros onde há maior predominância dessas práticas, em particular no mercado grossista do Zimpeto. Acompanhamos grupos especificamente vulneráveis (crianças, jovens, adultos e pessoas idosas) envolvidos nas piores práticas da mendicidade, analisar e diagnosticar problemas ligadas a distúrbios, dificuldades mentais, motoras ou com problemas graves de saúde na sociedade.

Entretanto, foi confirmada a hipótese afirmativa e positiva do presente trabalho no contexto em o papel do Assistente Social face à políticas sociais na luta contra a prática da mendicidade no mercado grossista do Zimpeto está focalizada em assistências sociais à pessoas de baixa renda para redução da pobreza, dependência económica e vulnerabilidade permitindo assim que as mesmas tenham o gozo pleno dos direitos sociais, a cidadania, e a paz universal.

Entretanto, no presente trabalho optou-se a teoria marxista que aborda sobre o capitalismo, para analisar a realidade que se pretende pesquisar, pois com ela, pode-se entender que este favorece os padrões de vida da minoria, obrigando e/ou permitindo assim que muitas famílias não tenham o acesso à qualidade de vida satisfatória, o emprego, a renda, a moradia, a alimentação, possibilitando assim, a emergência da mendicidade como fruto da questão social (Nogueira, 2014, pp. 40-50). Por um lado, a escolha da teoria marxista numa abordagem capitalista possibilitou-nos analisar porque as sociedades actuais estão divididas em classes antagónicas, “ onde os ricos se tornam mais ricos e pobres mais pobres”.

Em jeito de sugestões:

- É preciso que o Estado junto com às organizações não-governamentais trabalhem em prol da materialização das políticas sociais sobretudo nas vidas das famílias, crianças, pessoas idosas, pais e encarregados de educação que se encontram em situação de mendicidade e pobreza absoluta.
- Promover o empoderamento dos elementos/grupos vulneráveis, minimizando assim a dependência em eventuais subsídios/caridade de modo a garantir a liberdade, o respeito e a dignidade, dos grupos vulneráveis como sujeito de direitos civis, políticos sociais, garantidos na Constituição da República

- O Ministério do Género Criança e Acção Social (MGCAS) em coordenação com o Instituto Nacional de Acção Social (INAS) órgãos do Estado responsáveis pela protecção social desses grupos vulneráveis deveria integrar as pessoas em situação de mendicidade e pobreza em programas de protecção social
- Expansão do apoio social básico na prestação de géneros alimentícios, subsídio alimentar para crianças com doenças crónicas e debilidade física devido à longas caminhadas, apoio escolar para crianças com idade de frequentar escola, visto que muitas mães pedem esmolas sob justificativa de apoio à criança escolar.
- Emponderar as mulheres e adolescentes em matérias de geração de empregos e rendas de modo que não sejam dependentes de esmolas e auxílios de outros indivíduos e instituições,

Nenhuma criança é sujeita à piores prática de mendicidade, ou à um tratamento negligente, discriminatório, violento e cruel, nem ser objecto de qualquer forma de exploração ou opressão. Muito pelo contrário, toda criança tem o direito à protecção, educação, abrigo, assistência médica e medicamentosa, família e direito à tempo livre para desempenhar as suas actividades (brincar, ter, lazer e fazer actividades escolares). Entretanto, é nesse âmbito que o Estado, os líderes comunitários e os chefes de quarteirões devem trabalhar em prol da segurança e protecção social à todos grupos afectados pela essa problemática.

Contudo, aos (às) leitores (as), insta-se uma maior reflexão em torno da prática da mendicidade na cidade de Maputo, em particular, no mercado grossista do Zimpeto, prestando atenção aos factores e as consequências dessa prática como formas de prevenção e mitigação. Nesse sentido, o presente trabalho é um convite para que todos aqueles que a ele tenham acesso, não só o aprofundem como também usem as suas ferramentas, tanto para aceitarem acções de combate à desigualdades sociais que permite com que famílias caiam na desgraça e opressão da pobreza e mendicidade quanto para partilharem com todos os actores implicados nesta busca, que se pretende incessante, por comunidade cada vez mais vivendo em paz e harmonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A. (2011). *Instrumentalidade Profissional do Serviço Social: As Mediações da Prática Profissional*. 2ª Edição. São Paulo.

Adelino, S. (2011). *Microcrédito e a Pobreza Urbana na Cidade de Maputo*. 5ª Edição. Maputo

Andrade, M. (2015). *As Causas da Pobreza no Brasil*. In: Velloso, João Paulo dos Reis e Albuquerque, Roberto Cavalcanti (Orgs.) *Modernidade e Pobreza*. São Paulo: Nobel.

Antunes, G. B. (2002). *O Empoderamento como Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique: Uma Avaliação a partir do Programa Crede amigo*. Altas. Plural Editores.

Amartya, R. (1999). *Análise das Consequências da Mendicidade e a Pobreza: um olhar Sistemático no Contexto Brasileiro*. Plural editores. Volume 7. 9ª Edição.

Assembleia da República (2018). *Legalidade e Direitos Constitucionais em Moçambique*. Maputo.

Bergamachi, S. (2010). *Caminhos Investigativos: Novos olhares na Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro.

Behring, Elaine Rossetti & Boschetti, Ivanete (2011), *Política Social: Fundamentos*. 9. Ed. São Paulo: Cortez editora.

Behring, E, R; Boschetti, I. (2011). *Política Social: Fundamentos e História*. 9ª Ed. São Paulo: Cortez.

Borda. G. (1983). *Métodos Qualitativos e Quantitativos na área da Saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa*. 4ª Edição. São Paulo.

Castel, A. T. (2004). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

Cesar, A. (2013), *A prática profissional do Assistente Social no contexto brasileiro*. 2ª Edição. São Paulo.

Creswell T. V. (2010), *Análise dos Métodos Qualitativos e Quantitativos: Uma investigação em ciências sociais*. 2ª Edição. São Paulo.

Costa, S. (2009). “Por quê Moçambique é pobre?” Uma Análise do Discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza”, Comunicação Apresentada na 2ª Conferência do IESE, Maputo, 22-23 de Abril de 2009.

Constituição da República de Moçambique 2018. Tratado sobre os Direitos Humanos para os moçambicanos. Maputo.

Dava, E. (2017). *Estratégias individuais de Sobrevivência de Mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou Perpetuação da Pobreza*. 2ª Edição. Maputo.

Dias, L. (2010). *As Consequências da Prática da Mendicidade em Moçambique: Uma análise na Cidade de Maputo*. Maputo. 3ª Edição.

Francisco, A. (2012). *Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio*. IESE. Maputo.

Francisco, A., Sugahara, G. (2014). *Por Que Moçambique Ainda Não Possui Uma Pensão Universal Para Idosos?* In: IV Conferência Internacional Do IESE. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

Favero, G. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Editora Atlas S.A. 5ª Edição. São Paulo.

Faísca, Z. (2009). *Avaliação da Implementação do Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana no âmbito da geração de emprego no Distrito Municipal KaMubukwana (2011 – 2014)*. Plano Apresentado no Instituto de Ciências. 5ª Edição. Maputo.

Fernandes, Teixeira. (2011). “Etilização e Racização no processo de Exclusão Social”: In *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto: Editora Afrontamento.

Freitas, V. (2009). *Manual prático para Elaboração de Monografias, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses*. Editora Vozes. Maputo.

Gameiro, R. (2011). Análise da Pobreza Absoluta na Cidade de Maputo. 4ª Edição. Maputo.

Gil, A. C. (2012). Métodos e Técnicas de Coleta de Dados em Pesquisa Social e em Ciências Sociais, 7ª edição, Atlas, São Paulo.

_____ (2010) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5ª edição, Atlas, São Paulo.

_____ (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa social, 6ª edição, Atlas, São Paulo.

Goode D. E.; Hatt, W. Z. (1969). Perspectiva Sociológica sobre as Pesquisas em Ciências Sociais e a Diversidade das Pedagogias. In: Pedagogia do oprimido. 17ª Edição, São Paulo: Rio de Janeiro, pp: 171 – 184.

Guerra, E. L. A. (2014). Manual de Pesquisa Qualitativa, Editora Anima Educação, Belo Horizonte.

Guerra, I. C. (2006). “Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo”: sentidos e formas de uso, 1ª edição, Principia, Portugal

_____ (2012). Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Maputo.

Iamamoto Marilda Villela (2008). Serviço Social em Tempo de Capital fetiche. 3ª. Edição. São Paulo: Cortez.

Karl, M. (1885-1883). Mais-valia Absoluta e Relativa. In: O capital: crítica da economia política; Apresentação de Jacob Gorender: coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultura, Tomo II, cap. XIV, p.105-112.

Kisnerman, G. (1991). Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional 3ª Edição. São Paulo. Cortez.

Korenman, B. (2001). “Estado da nação. O combate à pobreza: um desígnio nacional”, 19 de Dezembro de 2006, CEDIMO (ed.), A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida, vol. II, 2007, 317-335. Maputo.

Lakatos, E. M. (2013). O Trabalho Temporário: Nova Forma de Relações Sociais no Trabalho. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Volume 5. 11ª Edição.

Lisboa, A. (2008). O Empoderamento Como Mecanismos de Combate a Pobreza. 2ª Edição. Lisboa.

Oliveira, D. H. (2012). Reflexões Breves em Torno do Conceito de Desenvolvimento. Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia. Universidade de Évora.

Organização das Nações Unidas (1999), Direitos Humanos e Serviço Social, Lisboa, ISSS coop.

Oppenheimer, R. (2000). Reflexões sobre Emprego e Redução da Pobreza no PARP – Desafios para uma Abordagem Alternativa. In L. de Brito et al., eds. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: no prelo.

Marconi, M. A. (2010). A Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Marconi, M. D. & Lakatos, E. M. (2011). Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas.SA.

_____ (2003). Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa. 6ª Edição. São Paulo.

_____ (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas S.A. 7ª Edição. São Paulo.

Martins, C. (2012). O Impacto da Internet no Processo de Decisão de Compra do Consumidor – O Caso dos Produtos Turísticos. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Matos, C. E. (2012) Análise de Pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu: Minas Gerais.

Mavila, C. S. (2013). Estratégias de Integração e Práticas de Vendas entre as Vendedeiras de Produtos a Grosso No Mercado Grossista do Zimpeto.

Mate, A. F. (2007). Principais causas e factores que influenciam na pobreza em Moçambique. 4ª Edição. Maputo.

Maia, D. A. (2009). Avaliação de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. Maputo.

Medina, A. (2015). Medindo as desigualdades em Saúde Pública no Brasil. 3ª Edição. Brasília.

Mela, G. (2010), o Preço da Sombra: Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo. Lisboa: Livros Horizonte.

Minayo, M. C. S. (2010). Métodos e técnicas de pesquisa social: 12ª Edição. Volume 5. Rio de Janeiro.

Mishra, A. (1991). Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora.

Mioto, R. C. T. (2001) Perícia social: Proposta de um Percurso Operativo. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº.67.

Moçambique. LEI nº4/2007 de 7 de Fevereiro. Protecção social. Maputo

Mujuvo, G. (2011). A Pobreza e as Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia familiar, v. 2. Maputo.

Netto, José, Paulo. (1996). Serviço Social em tempos da Revolução Industrial. 8ª Edição. São Paulo.

Nogueira, M. A. (2013). Educação, Saber, Produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Nogueira, M. A. (2014). Influência da Teoria Marxista em Trabalho Infantil. São Paulo: Cortez: 3ª Edição.

Plano Quinquenal do Governo. Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014. Maputo, 2010.

Plano de Acção para Redução de Pobreza Absoluta I 2000-2005. Aprovado pela Assembleia da República de Moçambique. Maputo.

Plano de Acção para Redução de Pobreza Absoluta II 2005-2009. Aprovado pela Assembleia da República de Moçambique. Maputo.

Parque, F. (2010). Práticas e percepções associadas á qualidade de vida na Cidade de Maputo. 4ª Edição. Maputo.

Raposo, C. (2000). “Por quê Moçambique é Pobre?” Uma análise do Discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza”, Comunicação apresentada na 2ª Conferência do IESE, Maputo, 22-23 de Abril de 2000.

Pierson, A. (1991). Introdução a Política Social em Tempos Neoliberal. Uma perspetiva Sociológica em Ciências Sociais. 3ª Edição. São Paulo.

Pereira, C. (2011). Capitalismo e Política Social no Contexto Brasileiro. 5ª Edição. Rio de Janeiro.

Rachel, S. (2012a). Mecanismos Adoptados pelas Comunidades e Famílias para Auto Sobrevivência no Estado Moçambicano. 3ª Edição. Maputo.

Rachel, S. (2012b). As Disparidades e Exclusão Social em Moçambique: Uma análise profunda da cidade de Maputo. 4ª Edição. Maputo.

_____ (2012). O Empreendedorismo como Promotor de Desenvolvimento Social em Moçambique: o caso do Banco de Moçambique. Maputo. 5ª Edição.

República de Moçambique. Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009.

Romano, A. (2002); Antunes G. B (2002). Formação em Serviço Social, Política Social e o Fenômeno do Envelhecimento. Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil. Brasília.

Vasco, F. (2022a). Análise Multidimensional da Pobreza em Três Aldeias do Norte de Moçambique (Draft). Maputo

Vasco, F. (2022b). Análise da Problemática da Pobreza Absoluta em Moçambique: Livros Horizonte.

Silva, G. (2009), A mendicidade e a pobreza absoluta em Moçambique. 6ª Edição. Maputo.

Souza, R. F. (2014). Corrente Marxista e a Necessidade de Políticas de Proteção como Mecanismo de Inclusão Social a pessoas em de Pobreza. 3ª Edição. Porto.

_____ 2010. Investigação e Projectos de Pesquisa Social. 3. Ed. São Paulo: Atlas.

Thiollent, F. (1998). Conceitos, Teorias e Tipologias de Investigação: A Investigação em Ciências Sociais, 12ª Edição. Volume 5. Rio de Janeiro.

Trivinos, S. (1987). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

Townshend, F. (1993). Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social. Psicologia Social. Paris. PUF.

Yin, R. (2013). Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman

APÊNDICES

Guião de entrevista

Guião de entrevista

Comprimimentos e Saudações a famílias que praticam mendicidade no mercado grossista de Zimpeto. Meu nome é Felício Victor Domingos Abadre, Sou estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social, na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Estou a realizar uma pesquisa no âmbito do trabalho de conclusão do curso, com o seguinte tema: O papel do Assistente Social na intervenção contra a prática da mendicidade na cidade de Maputo (2019-2022): estudo de caso do mercado grossista do Zimpeto

De referir que a participação na entrevista é por livre e espontânea vontade, contudo a vossa colaboração será uma mais-valia para o enriquecimento de conteúdos do presente trabalho e salientar que os dados fornecidos serão usados exclusivamente para o presente trabalho e não para outros fins. Agradeço pela atenção de todos.

Meu muito obrigado!

Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

1. Idade _____
2. Sexo _____
3. Estado Civil _____
3. Número de agregado familiar _____
5. Profissão _____
6. Nível de Escolaridade _____

Por favor! Assinala com X a opção que tenha conhecimento e responda as questões com clareza.

1. Sobre a mendicidade na cidade de Maputo

I. A quanto tempo pratica essa actividade?

1. Há 2 anos 2. Há mais de 3
3. Há mais de 5 anos Há mais de 10 anos

II. Alguma vez já procurou ajuda aos Líderes do bairro?

1. SIM 2. NÃO

III. Quais são os factores e as causas que influenciam nessa prática?

IV. Quais são as dificuldades que enfrentam na família?

V. Quais são as estratégias de mendigar usam no mercado grossista de Zimpeto?

1. Fingimento de doente Mental 2. Incenso de pobreza e dependência económica
3. Uso de crianças e bebés 4. Uso de idade e deficiência

4. Quais são as consequências da prática da mendicidade

2. Sobre a assistência social

VI. Quem dava assistência no caso da falta de bens matérias principalmente na alimentação?

1. Os vizinhos 2. Amigos
3. Ninguém 4. Famílias

